



UNIVERSIDADE DO MINHO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM CABO VERDE:
O CASO DO PARLAMENTO DE 1975-2011**

ALVIAR DOMINGOS DA CRUZ LOPES

Mindelo, 2014

Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA EM CABO
VERDE: O CASO DO PARLAMENTO 1975-2011**

ALVIAR DOMINGOS DA CRUZ LOPES

ORIENTADOR: MESTRE ARCÁDIO LOPES

MINDELO, 2014

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que esta monografia é fruto da minha investigação pessoal e autónomo. O seu conteúdo é verídico e as fontes apresentadas ao longo do texto, estão disponíveis na presente bibliografia e nas notas de rodapé.

O CANDIDATO,

Alviar Domingos da Cruz Lopes

Mindelo 5 Dezembro, de 2014

“ Trabalho apresentado á Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais”.

“As pessoas que eu mais amo, em
especial Adelina Francisca Cruz”

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
LISTA DE TABELAS	x
INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO I- A PARTICIPAÇÃO POLITICA FEMININA: BREVE HISTÓRICO ...	5
1.1. Os Movimentos Feministas, Fases E Repercussão	5
1.2. Participação Feminina Em Cabo Verde Nos órgãos Do Poder Político	9
1.3. Lei De Quotas?	16
CAPITULO II- FACTORES QUE EXPLICAM A FRACA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	22
2.1. Contextualização Do Tema.....	22
2.2. Emancipação E Os Direitos Políticos Das Mulheres	26
2.3. A ONU Mulheres Em Prol Da Cidadania E Da Democracia	29
2.4. Organizações /Instituições Que Promovem Os Direitos Das Mulheres Em Cabo Verde.....	32
CAPITULO III- A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	37
3.1. Conceito De Participação Política Segundo Alguns Autores	37
3.2. Participação Política Passiva/Activa E A Democracia Participativa.....	38
3.3. Desenvolvimento Economico, Social, Cultural E A Dominação Simbólica ...	40
i. Desenvolvimento Económico	40
ii. Desenvolvimento Social	41
iii. Desenvolvimento Cultural	42
iv. Dominação Simbólica.....	43
CAPITULO IV- MULHERES NO PARLAMENTO DE CABO VERDE 1975-2011 .	46
4.1. Factores Que Explicam O Aumento Das Mulheres No Parlamento Cabo-verdiano	46
i. Nível De Instrução	54
ii. Integração Nos Grupos	54
iii. Consciência De Classes	55
CONCLUSÃO.....	56
BIBLIOGRAFIA	59

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, saúde e coragem que me tem dado ao longo desses quatro anos.

Aos meus pais Domingos Lopes e Adelina Francisca, pela oportunidade que me deram de poder vir a este mundo e também pela ajuda e encorajamento.

A todos os meus irmãos e familiares pelo apoio e carinho que têm demonstrado, principalmente nos momentos menos fáceis o que me tem dado muito mais vontade de vencer essa batalha.

Ao meu orientador mestre Arcádio Lopes pela forma como me orientou.

Ao professor Daniel Mendes pelas sugestões.

A coordenadora do curso ciência política e relações internacionais Risada Soares pelo bom trabalho que tem realizado em prol dos estudantes de CPRI.

A todos os meus professores que tiveram que me aturar durante este período estudantil e que acreditaram nas minhas potencialidades académicas.

A todos os meus colegas da UNI-MINDELO em especial os de Ciência Política e Relações Internacionais (CPRI) por todo esse tempo de convivência, e ajuda mútua

A todos os meus amigos e amigas que directa ou indirectamente, quer pelo carinho, meio material ou sob qualquer outra forma, me apoiaram rumo ao sucesso escolar.

Muito obrigado a todos que apostaram em mim.

RESUMO

Este trabalho intitulado “A Participação Política feminina Em Cabo Verde: O Caso do Parlamento 1975-2011” pretende analisar a evolução das mulheres na política em Cabo Verde e se apenas o desenvolvimento económico, social e cultural têm reflectido nesse aumento das mulheres no Parlamento ou se existe outros factores que explicam esse fenómeno. Por fim compreender e explicar o porquê dessa sub-representação política feminina nos órgãos do poder, mais concretamente no Parlamento Cabo-verdiano. Esta problemática tem tido bastante repercussão a nível nacional e internacional, sendo debatidas por várias instituições dessa envergadura nomeadamente a ONU, OMCV, o ICIEG entre outros.

Ao longo deste trabalho podemos constatar que em Cabo Verde não havia evidências de mulheres na política durante o período monopartidário (1975), mas a partir da abertura democrática em Cabo Verde no ano (1990), esse fenómeno começou a dinamizar, facto que hoje se verifica um aumento das mulheres nos órgãos do poder político, nomeadamente no Parlamento, mas que na opinião de vários autores ainda persiste uma sub-representação política feminina nesses mesmos órgãos.

Nesta análise expomos algumas variáveis do Desenvolvimento Económico, Social e Cultural, e também destacamos outras variáveis tais como: Nível de instrução, Integração nos grupos e a Consciência de classes que nos possibilitam explicar esse aumento participativo das mulheres na política e por fim delinear alguns factores que nos ajudam a explicar essa sub-representação feminina, operacionalizando as teorias dos vários autores, com os dados empíricos provenientes de sites oficiais, nomeadamente do Instituto Nacional de Estatísticas, (INE), do Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), e ainda no Boletim Oficial (BO) de Cabo Verde.

Palavras-chave: Participação Política Feminina; Parlamento; Desenvolvimento Económico; Desenvolvimento Social e Cultural.

ABSTRACT

This work entitled "Women's Political Participation case of Cape Verdean Parliament in the years 1975 to 2011" aims to examine the evolution of women in politics in Cape Verde during this period and if economic, social and cultural development was only factor to increase this women in Parliament, or if had another factor to explain this phenomenon. Finally understand and explain why this women's political underrepresentation in the organs of power, namely the Cape Verdean Parliament.

Throughout this work we note that in Cape Verde there was no evidence of women in politics during the single-party period, but from the democratic opening in Cape Verde in 1990, this phenomenon began to pivot, that today there is an increase of women in the organs of political power, especially in Parliament, but in the opinion of many authors still presides over a women's political underrepresentation.

In this analysis we expose some variables of Economic Development, Social and Cultural Development, and also highlight other variables such as Education Level, Integration Groups in the Class, and Consciousness that allow us to explain this participatory increase of women in politics and finally outline some factors that help us to explain this female under-representation operationalizing the theories of various authors, with empirical data from official sites, including the Statistics National Institute (INE), Cape Verdean Institute for Gender Equality and Equity (ICIEG), and Official Gazette (BO) also in Cape Verde .

Keywords: Women's Political Participation; Parliament, Economic Development, Social, Cultural Development

LISTA DE SIGLAS

PAIGC-Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PAICV-Partido Africano da Independência de Cabo Verde

MpD- Movimento para a Democracia

CNE-Comissão Nacional de Estatísticas

CEDAW-Comissão para Eliminação da Discriminação Contra a Mulher

OMCV-Organização das Mulheres de Cabo Verde.

INE- Instituto Nacional de Estatísticas

ICIEG-Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género

ICF- Instituto da Condição Feminina

BO- Boletim Oficial

ONU-organização das Nações Unidas

UNIFEM-Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

DAW-Divisão para o Avanço das Mulheres

ECOSOC-Concelho Económico e Social

INSTRAW-Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para Promoção da Mulher

GAD-Gender And Development (Género e Desenvolvimento)

AM-Assembleia Municipal

CM-Câmara Municipal

MORABI-Associação de Apoio à Auto-promoção da Mulher no Desenvolvimento

ONG'S-Organizações Não-governamentais

RMPC-Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde

CNDHC-Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania

PNADHC-Plano Nacional de Acção para Direitos Humanos e Cidadania

CNDH-Comité Nacional dos Direitos Humanos

CRCV-Constituição da República de Cabo Verde

UCID-União Cabo-verdiana Independente Democrática

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Eleitos (as) Nas Eleições Legislativas, Período De 1975 A 2011.	11
Tabela 2. Executivos De Cabo Verde, Por Género, De 1986 A 2011.....	12
Tabela 3. Eleições Autárquicas Em Cabo Verde.....	13
Tabela 4. Eleições Autárquicas 2008.	14
Tabela 5. Eleições Autárquicas 1991 A2008.	14
Tabela 6. Requisitos Para A Formação Das Democracias Segundo Dahl.....	32
Tabela 7. Diferença Entre Papel Activo E O Papel Passivo.....	39
Tabela 8. Produto Interno Bruto De 2001 A 2008.	48
Tabela 9. Situação Perante A Profissão Por Sexo, 2011.	49
Tabela 10. Situação Perante Actividade Económica Por Sexo.	50
Tabela 11. Taxa De Alfabetização, 2000-2010.	51
Tabela 12. Docentes No Ensino Superior, 2009.....	51
Tabela 13. População De 12 Anos Ou Mais Por Estado Civil (1990-2010).	52
Tabela 14. Índice Sintético De Fecundidade, 1990 A 2010.	52

INTRODUÇÃO

Segundo Évora (2004) a participação política tem sido considerada por vários autores como sendo um requisito de extrema importância para as sociedades democráticas contemporâneas.

Para Martins (2010) o estudo do fenómeno participativo é extremamente importante, na medida em que possibilita-nos conhecer e definir o tipo de regime político a que se pretende em determinada sociedade.

Kunzler (2008) alega que é fulcral analisar a participação na sua condição feminina, facto que nos tempos passados, mais concretamente no século XVIII, não se encontram registos da presença das mulheres nos ditames políticos, o que leva Mill (2014) a afirmar que elas eram destinadas ao casamento, a maternidade e que eram somente para a recreação dos homens. Classificavam as mulheres como segunda categoria, e tinham que viver sob a tutela do sexo oposto; assim a natureza biológica as faria inferior em força e em dignidade.

No caso de Cabo Verde, Lopes (2013) defende que em termos de participação política as mulheres estão mal representadas, “contudo, há sinais evidentes de novos tempos que encetam novos caminhos, em que muitos deles ainda não sabemos trilhar, mas já fazem parte do presente de todos nós” (BARATA, 1998, p. 281). E é nessa via que abordamos a participação política feminina em Cabo Verde, com a finalidade de conseguir criação de riqueza, maior coesão social e liberdade política, e que pode ser considerada uma condição *sine quo no* para o bom funcionamento da democracia Cabo-verdiana.

O tema do trabalho intitulado: A Participação Política Feminina Em Cabo Verde: O Caso do Parlamento consiste em analisar a evolução participativa das mulheres na política Cabo-verdiana, mais concretamente no Parlamento, no período situado entre 1975 a 2011.

A escolha deste tema deve-se propositadamente ao facto de ser um tema pertinente e de grande interesse para a ciência política, onde esse fenómeno tem sido debatido por vários autores tanto a nível nacional como internacional.

A nível nacional, as discussões muitas vezes presentes nos meios de comunicação, no seio das instituições, onde podemos destacar a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), o Instituto Cabo-Verdiano para Igualdade e Equidade Género (ICIEG), que tem trabalhado a questão de género nessa área em estudo.

No contexto internacional, temos em destaque a Organização das Nações Unidas ONU, com os seus programas específicos com objectivo de conseguir maior inserção das mulheres no campo político e nas restantes áreas desfavorecidas, em quase todas as partes do mundo.

Trata-se de um assunto muito interessante e com um vasto campo de actuação, por isso foi tratado os aspectos que consideramos mais importantes e ao longo da sua abordagem feita à volta de vários autores e de dados provenientes do ICIEG, do INE, e de outras fontes mencionadas.

O referido tema foi estruturado em 4 capítulos, onde no primeiro capítulo fizemos uma abordagem teórica do conceito de participação política feminina, onde se fez um breve percurso dos movimentos feministas, fases e repercussões, abordamos a questão da participação política em Cabo Verde, mais concretamente nos órgãos do poder político. No segundo capítulo abordamos alguns factores que possibilitam a fraca participação política feminina nos órgãos do poder, no contexto Africano, trabalhamos a analogia entre a emancipação e os direitos políticos das mulheres, falamos da relação que existe entre a ONU Mulheres, a cidadania e a democracia, demos uma atenção especial para as organizações/ instituições que promovem os direitos das mulheres em Cabo Verde. No terceiro capítulo abordamos questões tais como: Noção de participação política, participação política passiva e activa, desenvolvimento económico, social e cultural e ainda a dominação simbólica. Por fim, no quarto capítulo explicamos os factores do desenvolvimento económico, social e cultural, o nível de instrução, a integração nos grupos e a consciência de classes que nos possibilitam explicar o aumento da participação política feminina no Parlamento Cabo-verdiano entre 1975 a 2011.

Objectivo Principal

- Conhecer e analisar a participação das mulheres na política em Cabo Verde (1975-2011), de modo a ver se apenas o desenvolvimento económico, social e

cultural tem algum reflexo na evolução das mesmas no Parlamento Cabo-verdiano ou se existem outros factores para explicar esse fenómeno.

Objectivos Específicos

- Analisar a evolução participativa das mulheres no Parlamento de Cabo Verde;
- Analisar a participação das mulheres na sociedade Cabo-verdiana;
- Analisar alguns factores que dificultam uma maior participação das mulheres na política;
- Tentar entender e explicar o impacto que a lei de quotas tem sobre a participação das mulheres no Parlamento.

Hipóteses

- O aumento gradual da participação das mulheres no Parlamento de Cabo Verde deu-se em grande parte devido ao crescimento económico, social e cultural;
- O aumento gradual da participação das mulheres no Parlamento de Cabo Verde não é explicado apenas pelo desenvolvimento económico, social e cultural pois, isso deve-se a outros factores tais como: Maior nível de instrução, integração nos grupos, a consciência de classe e ainda o factor interesse.

Metodologia

A referida Metodologia tem como objectivo especificar os caminhos para melhor chegarmos a reais factores, que nos ajudam a explicar a evolução da participação das mulheres na política, mais concretamente no Parlamento Cabo-verdiano entre 1975 a 2011, e nessa mesma óptica compreender o porque de existir ainda uma sub-representação política feminina em Cabo Verde, mais concretamente nos órgãos do poder político.

Na elaboração deste trabalho delineamos duas perspectivas de análise, sendo a primeira qualitativa, onde recorremos às práticas e técnicas de pesquisas. Utilizamos ferramentas adequadas como sendo livros e artigos científicos que abordam o tema, na perspectiva de vários autores e que nos ajudam a compreender melhor este fenómeno de modo a podermos responder a seguinte pergunta de partida: Será que a evolução das mulheres na política em Cabo Verde, mais concretamente no Parlamento no período em estudo é

explicada apenas pelo desenvolvimento económico, social e cultural? Aqui nós delineamos o Parlamento como sendo o objecto onde recai o referido estudo.

E na segunda fase recorreremos a análise de dados secundários de fontes oficiais, ou seja, dados recolhidos no Instituto Nacional de Estatística (INE), no Instituto Cabo-verdiano para a igualdade e equidade de género (ICIEG), dados provenientes do Boletim Oficial (BO), a fim de analisar a evolução das mulheres na política e mais concretamente nos órgãos do poder político.

Estes dados são sobre o desenvolvimento económico, social e cultural de Cabo Verde e se estes têm reflectido na entrada das mulheres na política e mais concretamente no Parlamento desde 1975 a 2011. Com isto, exporemos algumas variáveis para explicar as mudanças provocadas pelo desenvolvimento social, cultural e económicos.

Estes dois termos (social e cultural), não são idênticos, mas por outro lado são indissociáveis em qualquer sociedade a que se preservem estes valores, por isso, para explicar o desenvolvimento social e cultural, escolhemos variáveis tais como: Processo de aculturação, aumento de mulheres solteiras, aumento de divórcios, progressivo aumento das mulheres no ensino, diminuição do número de filhos, facilidade de acesso ao ensino, e a discussão da igualdade de género pelas instituições que apoiam as mulheres em Cabo Verde, nomeadamente a OMCV e o ICIEG.

Para o desenvolvimento económico escolhemos variáveis tais como: a independência financeira, rendimento financeiro pessoal, desempenho de cargos políticos e o empreendedorismo.

Foi precisa a escolha dessas variáveis porque todos os dados e os artigos consultados são credíveis e permitem explicar melhor o fenómeno em estudo.

É certo que estas variáveis permitem que as mulheres afastem cada vez mais do seu espaço familiar, dos afazeres domésticos, e cada vez menos na dependência dos homens, e saem a procura de novos objectivos, por isso, procuramos ver se isso justifica o aumento da participação das mulheres na política e no caso concreto do Parlamento Cabo-verdiano, mas também é evidente que existe outros factores que já foram mencionadas e que iremos explica-los no IV capítulo que meramente explicativo.

CAPITULO I- A PARTICIPAÇÃO POLITICA FEMININA: BREVE HISTÓRICO

O objectivo desse capítulo é apresentar os temas que serão evidenciados ao longo deste primeiro capítulo, onde abordaremos os movimentos feministas, fases e repercussão, no segundo ponto a participação política feminina em Cabo Verde nos órgãos do poder político e finalmente a lei de quotas. Estas temáticas nos ajudam a entender melhor o fenómeno da participação política feminina

1.1. Os Movimentos Feministas, Fases E Repercussão

Segundo Mill (2014) é necessário analisar a participação política abordando o papel que os movimentos feministas tiveram e continuam tendo nos dias de hoje, uma vez que, foram esses que impulsionaram as mulheres a começarem uma luta sem tréguas rumo aos seus direitos, por isso é importante abordarmos o seu conceito, fases e repercussão e existem autores que tentam buscar uma definição desse conceito como sendo,

“ [...] um conjunto de teorias que têm em vista a libertação da mulher. Esse movimento nasceu nos Estados Unidos, na segunda metade da década de 60, e se desenvolveu rapidamente para todos os países industrialmente avançados, entre 1968 e 1977” (BOBBIO, 1998, p. 486).

Entretanto, as lutas feministas, enquanto formas de defesa dos direitos e dos interesses das mulheres, “têm sido empreendidas em contextos espaço-tempo diversificados e pautadas por visões ideológicas diferenciadas” (MONTEIRO, 2009, p. 21).

Tudo isso nos leva a conclusão de que, embora esses movimentos tivessem a mesma ideologia, elas não foram homogêneas em todos os sítios onde ocorreram.

E no entender de vários estudiosos do tema, e entre eles (Costa, 2004;Évora 200; Duarte, 2007) coincidem em que,

“ (...) feminismo conhecido hoje como um movimento que critica as desigualdades entre homens e mulheres, tem como antecedentes determinados factos históricos que tiveram lugar no século XVIII” (GOMES, 2011, p. 77).

Mies e Shiva (1993) afirmam que foi graças a esses antecedentes, é que houve “ [...] convergência de reflexões que resultam da nossa participação nos esforços das mulheres de mantermos vivos os processos que nos sustentam” (MIES e SHIVA, 1993, p. 10).

“Um deles foi a revolução francesa, com os seus ideais de fraternidade, igualdade e liberdade dos cidadãos. Estes ideais calaram fundo no seio das mulheres francesas que os compartilham, por acreditarem que se destinam a todos, sem distinção de sexo” (GOMES, 2011, p. 78).

Mas no entender de Gomes (2009) a história diz que para o desagrado delas, o Código

Napoleónico Romano que foi adoptado por vários outros países da Europa, somente os homens dispunham desses tais direitos e as mulheres viam-se claramente excluídas, logo elas começam a lutar por esses direitos.

E “a princípio elas iniciaram a sua luta de forma cautelosa e discreta, Só que quando verificaram que as suas investidas tímidas não eram coroadas de êxito resolveram optar por medidas mais radicais” (NATHANIEL, 1979, p. 82-83).

Por causa desses direitos negados, elas começaram a unir-se em organizações criadas explicitamente para batalhar juntas e unidas, pela sua emancipação; essas organizações ganharam estrutura e expandiram-se mais tarde por todo o século XX.

“Outro antecedente do feminismo foi à revolução industrial que surge na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra. Trata-se de uma revolução lenta, mas imparável, que provoca mudanças profundas na sociedade inglesa: os camponeses abandonam os campos rumo às cidades; as mulheres saem das casas e incorporam-se no mundo do trabalho, e forma-se, assim, uma nova classe de profissionais” (GOMES, 2011, p. 79).

Sem falar da grande contribuição que elas deram, no [...] “período entre 1916 e 1945 foi pontuado por duas guerras, onde as mulheres desempenharam funções em áreas de suporte” (FIDALGO, 2003, p. 57) o que levou a quebra de silêncios por parte delas após o término dessas guerras.

Durante estes cenários as mulheres cumpriram um papel muito importante e aguardavam ser reconhecidas de imediato, mas o tal não foi sucedido, logo começaram a exigir o voto, o que marcou o início de um percurso muito lento e difícil.

Mas na luta por essa causa não foram só as mulheres que estiveram presentes, pois, “o filósofo e economista John Stuart Mill proferiu, em 1867, um discurso perante o Parlamento Inglês em defesa dos direitos das mulheres ao voto e, depois anos mais tarde, publicou um livro no qual protestava contra a discriminação a que era sujeita a mulher ” (NATHANIEL, 1979, p. 83).

De certeza esse discurso proferido por Nathaniel e mais tarde o livro intitulado, “On Liberty (1859)” publicado pelo próprio, foram de grande incentivo para elas, pois possibilitou maior encorajamento e engajamento, uma vez que passaram a ter uma visão ampla de que não estavam sozinhas nessa lenta e dolorosa luta por esse voto.

Segundo Gomes (2011) a lei do sufrágio feminino foi atribuída anos mais tarde em 1917, depois das mulheres terem procurado apoios parlamentares e de estarem determinadas a alcançar os seus objectivos de forma legal e democrática.

Mies e Shiva (1993) reafirmam que o objectivo é ir mais além desta perspectiva estreita de voto, mas sim mostrar ao mundo as suas qualidades, realçando desigualdades inerentes numa óptica mundial, criticando as situações de dominação do homem sobre a mulher.

Bessa, (2002) diz que esses movimentos que criticam um certo poder dos homens sobre as mulheres, não tiveram repercussão somente na europa, expandiram pelos Estados Unidos, onde as mulheres lutaram concomitantemente com os homens na libertação do país (1930), na Turquia, no Egipto, na Índia e entre outros pontos do globo, reivindicando cada vez mais a abolição da escravatura, pelo direito da mulher a sua autonomia e integridade de seu corpo, pelo direito ao aborto e direitos reprodutivos, direito contra a protecção contra violência doméstica, o assédio sexual, o estupro, a exigir mais direitos, justiça social e mais representação política.

“Aunque el feminismo en los últimos años se ha centrado en la reivindicación de la igualdad no es el poder hasta el punto de proponer medidas destinadas a lograr una “representación paritaria” en la esfera política, no es ésta, evidentemente, la única exigencia del feminismo respecto al poder” (PETIT,1996, p. 167)¹”.

No pensar deste autor, o feminismo não se preocupa somente com o direito de voto, ou alguma forma de aquisição de poder, mas sim com o alcançar dos mesmos direitos e deveres que são confinados aos homens.

Nesta óptica Costa (2010), argumenta que mesmo tendo em conta as várias divergências os movimentos feministas foram responsáveis por colocar nos espaços públicos as temáticas relacionadas aos problemas enfrentados pelas mulheres, em varias partes do mundo, no entanto, Mies e Shiva (1993) constataam um problema ao afirmar que (...) “algumas mulheres, principalmente da cidade, que pertencem a classe média, têm dificuldade em descortinar os traços comuns” (MIES e SHIVA, 1993, p. 14). Para estes autores, essas mulheres da classe média não conseguem ter uma própria libertação e não enxergam, os pontos comuns entre elas e as diferentes mulheres do mundo, pelo facto do patriarcado capitalista falar mais alto, havendo sempre essa dicotomia entre a mulher abastada e a mulher sem nada.

Para completar esse problema, os discursos, [...] “incessantemente repetidos pelas instituições, a arte e a literatura definiram as mulheres como seres dependentes dos homens, sem direito a existência autónoma” (FIDALGO, 2003, p. 95). Aqui há uma jogada psicológica, que na opinião do autor, não deixa as mulheres tirarem o véu mantendo-as estritamente ligadas as actividades domésticas, ou seja, os homens desde cedo definiram as actividades das mulheres, o seu mundo baseando-se num modelo de

¹ “Embora o feminismo nos últimos anos tem-se centrado na reivindicação da Igualdade há poder, a ponto de propor medidas para atingir a "igualdade de representação" na esfera política, isso não é, obviamente, a única exigência feminismo respeito ao poder (PETIT, 1996:167) ”.

maternidade explicando que elas não possuem capacidade para se inteirarem nos assuntos públicos.

Mas apesar desses constrangimentos esses movimentos têm tido grande repercussão a nível mundial.

Actualmente, é unanimemente aceite por alguns autores que a história do movimento feminista se encontra dividida em três vagas ou ondas feministas (Monteiro, 2009).

“Durante a primeira vaga (ou onda) feminista, ocorrido entre meados do século XIX e finais da década de trinta do século XX, as lutas feministas foram direccionadas sobre tudo para a conquista dos direitos legais e cívicos das mulheres, insistindo em questões como o direito a educação ou o direito ao voto. “Esta vaga marcada pelos movimentos sufragistas, teve maior expressividade nos EUA e na Inglaterra, Com o fim da Primeira Guerra Mundial, e em consequência das lutas feministas, o direito de voto foi reconhecido na maioria dos países Europeus e na América do Norte” (MONTEIRO, 2009, p. 21).

Para Monteiro (2009), a segunda onda feminista que se estendeu até à década de oitenta, contribuiu para a emergência de três correntes principais: o feminismo liberal, o feminismo socialista e o feminismo radical e cada um desses tivera um papel muito importante nas sociedades uma vez que, se aborda a questão do patriarcado, o pessoal político e por fim abordam a discussão de uma sociedade mais justa centrada nas mulheres e com a existência de uma pré-disposição dos homens em dominar as mulheres e com base nisso constroem combinações institucionais que nos encontramos hoje, colocando as mulheres em segundo plano.

Teríamos, então, a terceira fase, desta vez referida à forte participação das mulheres brasileiras em todo o procedimento de redemocratização e na construção daquilo que Matos, (2008) reconhece como sendo uma espécie de feminismo difuso dando maior ênfase aos processos de institucionalização e discussão das diferenças intra-género, ou seja, entre as próprias mulheres.

No perceber de Monteiro (2009), essa terceira vaga feminista a partir dos finais da década de oitenta, para além de exigir a igualdade entre os sexos no plano das instituições políticas e dos direitos civis, passaram a destacar as políticas de identidade e a questão da diferença, não apenas entre os homens e as mulheres, mas também a diferença entre as próprias mulheres, questões que já tinham sido aparecidos durante a segunda vaga e que se consolidaram nesta nova vaga.

“Hoje, o movimento feminista evoluiu e ganhou novas matrizes. Mas mesmo assim, ainda existem muitas mulheres que em determinadas regiões não conseguem lutar pelos seus direitos, por vários

motivos tais como: pobreza extrema, vítimas dos conflitos e de guerras, enfermidades mortais” (GOMES 2011, p. 84).

Mesmo assim, as mulheres estão cada vez mais conscientes do papel que podem desempenhar no seio da sociedade, por isso, continuam ultrapassando barreiras com vista a alcançar uma maior participação política, e então, serem reconhecidas e respeitadas pela classe política dominante, nesse caso, (os homens).

Entretanto para Mill (2014) as mulheres devem investir mais no seu próprio capital humano como forma de obter esse tal respeito social, tornando-se mais preciosas para a humanidade, ou seja,

“Quanto mais cada pessoa desenvolve a sua individualidade, tanto mais se torna valiosa para si própria, por isso ser mais valiosa para os outros. Há uma maior plenitude de vida na sua própria existência, e quando há mais vida nas partes, há mais vida no aglomerado composto por elas” (MILL, 2014, p. 115).

Pasquino (2010) Entende que é necessário que as mulheres invistam na educação e de preferência no ensino superior, tudo isso com intuito de criar bases para se chegar a esse capital humano e social defendido por (Mill, 2014; Putnam, 1989), de modo a capacitá-las para uma maior participação política.

Martins (2010), advoga que não basta apenas investir nesse capital humano, mas sim elas têm que envolver o máximo na participação política nos actos em que o cidadão intervém de forma plena na conduta da vida política económica e social, onde possam propor, discutir, decidir e planear as decisões que afectam a vida de todos os cidadãos, só assim conseguem ter o respeito social que ainda não lhes é concedido na sua plenitude, “ por isso, algumas regras de condutas têm de ser impostas por lei, em primeiro lugar” (MILL, 2014, p. 33), contradizendo Martins (2010), que não é possível as mulheres alcançarem a plenitude sem que sejam concedidos todos direitos cívicos e de cidadania, “ [...] apesar de que é inegável que a mulher ocupa hoje um espaço importante no mundo em geral” (FERREIRA, 2007, p. 52).

1.2. Participação Feminina Em Cabo Verde Nos órgãos Do Poder Político

Pode-se dizer que em Cabo Verde, nem sempre as mulheres tiveram uma participação política desejável e tão pouco na tomada de decisões uma vez que, este foi governado em regime de partido único durante 15 anos, ou seja, desde a tomada de independência (1975), até a data da abertura democrática (1990), e na opinião de Évora (2004) durante

esse período monopartidário², as mulheres Cabo-verdianas não dispunham desses direitos, e a constituição até a época existente beneficiava apenas os dirigentes do partido (PAIGC-CV)³, onde “os seus interesses eram variados, mas a sua tendência era sempre a mesma”(BALÃO, 2001, p. 40), tendência essa que era de imposição, onde muitos teóricos desprezaram esse regime de totalitário e outros de autoritário.

Almeida (1994) acredita que [...] “*tendência seria acrescentada à medida que o Estado fosse conquistando mais espaço já que este actuaria não só como um veículo de forças políticas, mas como uma força por si próprio*” (ALMEIDA, 1994, p. 12).

Aqui o autor refere-se ao Estado como sendo um elemento de dominação que tinha ao seu dispor o artigo 4º que lhe confinava maior poder, o que leva Évora (2004) a dizer que este constituía um entrave à democracia e a própria participação política.

Para muitos autores esses 15 anos de monopartidarismo vividos pelos Cabo-verdianos foram de opressão, pois seus direitos cívicos e de cidadania não estavam sendo respeitados, pois o povo não conseguia expressar os seus sentimentos, não podiam criticar e nem reivindicar.

Martins (2004) reprova esse tipo de regime, especulando que deveria haver esses tais valores para dar autonomia e uma maior participação política, sem excluir homens e mais friamente as mulheres, o que levou Gomes (2009), a concordar que, se não houvesse essa tal exclusão das mulheres da esfera do poder, Cabo Verde poderia estar muito mais humanizado, e a nossa democracia mais bem consolidada.

Mas Lopes (2013) bate de frente com o tema, insinuando que para além dessas sequelas deixadas pelo monopartidarismo deve-se ter em mente que:

“a vulnerabilidade económica e o baixo nível de instrução das mulheres africanas, tem sido preocupante com a feminização do abandono escolar principalmente no ensino básico e secundário, e com a elevada taxa de gravidez precoce, que frequentemente condena os estudantes adolescentes a abandonar os estabelecimentos de ensino, muitas vezes definitivamente e constituem factores decisivos da fraca participação feminina nos órgãos do poder político em Cabo Verde e dificultam a aquisição pelas mulheres de maiores recursos simbólicos, mobilizáveis para a participação política” (LOPES, 2013, p. 14-15).

Entretanto Viegas e Farias (1999), entende que; “ [...] *em geral as mulheres têm uma menor motivação política e cívica e uma menor visibilidade, para além da dificuldade de se imporem, o que sucede é que as lógicas e as dinâmicas do próprio processo político as relegam para uma situação de certa marginalidade da qual não lhes é fácil sair*” (VIEGAS e FARIA, 1999, p. 66).

²Monopartidarismo é conhecido como um período após a independência, onde existia um único partido em Cabo Verde que era o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC-CV), e esse vigorou até 1990, altura em que foram feitas as primeiras eleições verdadeiramente democráticas, tendo como vencedor o Movimento para a Democracia (MpD).

³ Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde.

Por sua vez Bessa (1997) diz que o poder é o factor limitador de uma maior participação das mulheres na política, uma vez que, os detentores desse mesmo poder não estão dispostos a acordos e nem tão pouco a abrir mão dele uma vez que, (...) “toda a política é uma forma de agir sobre o poder” (BESSA, 1997, p. 15).

Aqui o autor deixa evidente que quanto menor o número de pessoas na política maior é a concentração desse poder que condiciona a vida das pessoas, possibilitando alguns dominarem os restantes da mesma organização, a quem Mill chamou de elite do poder que “apresentam um conjunto de interesses próprios que, pretendem salvaguardar, no sentido da manutenção do poder” (BESSA, 1997, p. 193), que “aumenta a possibilidade de actuar em qualquer actividade” (MARINA, 2009, p. 107), e em Cabo Verde essa elite não deu muita oportunidade à participação política, como se pode constatar nos quadros abaixo, o que nos leva a concordar com Moreira (2009) que existe uma sede de poder.

Tabela 1. Eleitos (as) Nas Eleições Legislativas, Período De 1975 A 2011.

Data da Eleição	Deputadas Eleitas	Deputados Eleitos	Total
1975	1	55	56
1980	4	59	63
1985	10	73	83
1991	3	76	79
2001	8	64	72
2006	11	61	72
2011	15	57	72

Fonte: CNE (Comissão Nacional das Eleições)

Analisando a tabela (1) nos períodos compreendidos entre 1975 à 2011, pode-se constatar que o poder desde sempre tem estado ao lado dos homens, mesmo com o aumento das mulheres deputadas no período de 1975-1980, onde registou-se um aumento de três deputadas, e nos anos de 1980-1985 para seis deputadas, tendo sido registado nesta altura o maior número de deputadas alguma vez eleitas no parlamento Cabo-verdiano.

No entanto, tem-se registado uma grande descida, que foi no ano de 1991, onde houve a presença de apenas de 3 mulheres no parlamento, a partir de então o número tem crescido paulatinamente, onde denota-se que em 2001, o numero de mulheres deputadas aumentou para 8, em 2006 cresceu para 11 e em 2011 esse valor disparou-se para 15

deputadas, e a tendência é que esse valor continue a crescer, na medida em que, actualmente, muitas jovens têm-se enveredado para cursos que mais tarde possa possibilitá-las a entrarem na política. No obstante Eurídice Monteiro e outros, afirmarem que essa maior expressividade das mulheres na política foi graças ao multipartidarismo⁴.

“Durante o manopartidarismo, a participação das mulheres nos órgãos do poder foi pouco expressiva, sendo a presença no parlamento muito fraca, mas parece ter mais destaque do que nos outros órgãos do poder político” (MONTERIRO, 2009, p. 76).

Burrel (2004) afirma que, o poder local estabelecido retractava claramente a legislação vigente nesse período, resultante das concepções político-ideológico dominante sobre o Estado e o Direito, e que se tratava de características dos regimes de partido único, onde a participação política feminina era fraca.

Tabela 2. Executivos De Cabo Verde, Por Género, De 1986 A 2011.

Data	Mulheres	Homens	Total	%
1986	0	20	20	0
1991	1	15	16	6
1998	5	18	23	22
2002	4	13	17	24
2004	3	18	21	14
2006	7	15	22	32
2008	8	12	20	40
2011	8	12	20	40

Fonte: Crispina Gomes (2011), Mulheres e poder: o caso de Cabo Verde, Praia: IBNL

Como podemos ver na tabela (2) durante o período do monopatidarismo, não se verifica nenhuma presença das mulheres no executivo Cabo-verdiano, facto que levou Gomes (2011) a realçar que:

“Elas estavam excluídas da vida pública e política, o que na prática significa que o exercício desses direitos e deveres cívicos eram quase impossível dado que a maior parte da população feminina não possuía meios e nem estava alfabetizada” (GOMES, 2011, p. 107).

De acordo com Évora (2004) é aqui que o MpD pelo facto de ter “surgido e se organizado de forma rápida, conseguiu pleitar pontos importantes nas negociações,

⁴ Multipartidarismo foi o período em que se deu a abertura política em Cabo Verde, no ano 1990 e a partir dessa data vieram aparecer alguns partidos políticos e actualmente os mais destacados o PAICV, o MPD e a União Cabo-Verdiana Independente Democrática (UCID).

como por exemplo o calendário para as eleições Legislativas” (ÉVORA, 2004, p. 20). No entender da autora, o MpD não estava contente com a forma com que os Caboverdianos estavam sendo governados e assim este partido não aceitava as condições impostas pelos líderes do partido único.

Mas com a abertura política, e com a entrada do MpD no poder, esse cenário até então vivido mudou de figura, uma vez que, de acordo com a análise da tabela (2), nota-se um acréscimo das mulheres eleitas para os órgãos do poder executivo, registrando-se maiores aumentos nas duas últimas eleições.

No que diz respeito as eleições Autárquicas, *“elas tiveram início em 1991. Desde então eleições para os titulares dos órgãos municipais foram realizadas em intervalos regulares, sendo nos anos de 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012”*⁵.

Tabela 3. Eleições Autárquicas Em Cabo Verde.

Ano	Eleitas Câmara Municipal	%	Eleitas Assembleia Municipal	%
1991	6	6,3	20	8,5
1996	11	83,3	30	50
2000	16	14,2	40	14,4
2004	25	21,1	44	15,4

Fonte: Dados existentes no livro de Crispina Gomes (2011).

Com base nos dados apresentados na tabela (3) verifica-se um aumento significativo do número de mulheres nas listas eleitorais a nível nacional, para as AM e CM, após o monopartidarismo em Cabo Verde, onde para as CM, o número de mulheres nas listas em 1991 era de 6, em 1996 esse numero aumentou para 11, no ano 2000 esse numero cresceu para 16 e em 2004 esse valor cresceu para 25.

Ao que diz respeito as AM, registasse também aumentos nas listas, onde em 1991 a presença de mulheres era 20, em 1996 esse valor cresceu para 30, em 2000 para 40, e em 2004 esse valor aumentou para 44.

⁵ Ver a página web: <http://www.dgape.cv/index.php/sample-sites/autarquicas>, consultado as 24-04-2014.

Tabela 4. Eleições Autárquicas 2008.

Lugar na lista	Câmara Municipal			Assembleia Municipal			Ambos os Órgãos		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
1º	2	20	22	2	20	22	4	40	44
2º	4	18	22	4	18	22	8	36	44
3º	1	21	22	3	19	22	4	40	44
4º	5	17	22	3	19	22	8	32	44
5º	10	12	22	8	14	22	18	26	44
6º	2	10	12	9	13	22	11	23	34
7º	2	10	12	1	21	22	3	31	34
8º	2	1	3	5	17	22	7	18	25
9º	1	2	3	3	19	22	4	21	25
10º a 21º	--	--	--	41	107	148	41	107	148
Total	29	111	140	79	267	346	108	378	486
%	20,7	79,3	100,0	22,8	77,2	100,0	22,2	77,8	100,0

Fonte: ICIEG. Edital n.º 2 -2008 da Comissão Nacional de Eleições, publicado no B.O n.º 20 de 3 de Junho de 2008- 1ª Série- Suplemento.

A tabela (4) acima deixa bem claro que as mulheres Cabo-verdianas, estão mal representadas no tocante ao lugar nas listas, tal que se nota uma grande disparidade percentual, onde os homens correspondendo 79,3% contra 20,7%, para a Câmara Municipal, e 77,2% contra 22,8% para a Assembleia Municipal o que corresponde a um total de 77,8% a favor dos homens e 22,2% para as mulheres, num país que se diz democrático.

Tabela 5. Eleições Autárquicas 1991 A 2008.

Data	Câmara Municipal	%	Assembleia Municipal	%
1991	6	6,3	9	8,5
1996	11	83,3	15	50
2000	16	14,2	40	14,4
2004	25	21,4	44	15,4
2008	29	20,7	79	22,8

Fonte: Dados existente em (Monteiro,2009 e Costa 2011)

Comparando os dados da tabela (2) com os da tabela (5) verifica-se que a participação política feminina em ambos os órgãos durante as eleições Autárquicas, continua a aumentar e ao nosso ver esses números tendem-se a crescer cada vez mais, na medida

em que, as mulheres estão consciencializadas da importância que têm para o seu país e mais concretamente para as suas localidades. Nota-se através da análise das duas tabelas (2&5) que a partir do ano 2004 o número de mulheres nas listas continuou a aumentar tanto para as CM, como para as AM, pois, em 2008 registou-se um aumento de 29 mulheres para as CM e 79 para as AM nas listas.

Mas apesar desse amento, de acordo com a cientista político Évora (2004), ainda existe uma sub-representação das mulheres nesses órgãos, e isso é notável porque o número de homens ocupando esses cargos é bem maior.

E [...] “fazendo um balanço preliminar, do conjunto de dados entretanto inventariados fica claro, pois, que a transformação da condição feminina, embora seja marcada por uma tendência positiva, não se encontra ainda a um nível sobre o qual se possa dizer que traduz um cenário de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres” (VIEGAS E FARIA 1999, p. 65).

Por sua vez, Gomes (2011), afirma que a nossa democracia é muito jovem comparado com vários países, no entanto, estamos a frente deles em termos de qualidade de Democracia, e de acordo com o Afrobarómetro⁶, na opinião de muitos jovens, ainda não temos uma democracia plena, pois até agora as mulheres estão em submissão aos homens, e este facto, nos leva a questionar se já não é tempo suficiente para termos um Cabo Verde verdadeiramente democrático que possa responder essa igualdade referida por (Viegas e Farias, 1999), respeitando a declaração dos direitos do homem e do cidadão, que afirma no seu artigo 12º que deve existir uma força publica instituída no benefício de todos e não para uso particular daqueles a quem está confiada⁷.

Para Combesque (1998), as mulheres são sujeitas a pulsões que “ [...] devem ser controladas para garantir os bons costumes e o bom andamento da sociedade que os homens pretendem dominar de corpo e alma” (COMBESQUE, 1998, p. 114).

E em Cabo Verde mesmo que actualmente tenhamos algumas mulheres inseridas no poder devido a adesão aos partidos políticos, que lhes concedem um certo lugar de destaque nas listas eleitorais, conforme já foi referido nos quadros em análise, ainda “o peso do hábito é tal, que nenhuma jovem sonharia em livrar-se dele sob pena de se

⁶ O Afrobarómetro é uma rede de pesquisas sobre democracia e governação em África. Realizado em Cabo Verde desde 2002 pela Afrosondagem, recolhe informação para 45 países africanos com base num questionário standard.

⁷ Consultar a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (26 de Agosto de 1789).

tornar uma pária⁸ na sua própria sociedade” (COMBESQUE, 1998, p. 15). A autora deixa evidente que ainda persiste em muitas sociedades o medo dos jovens libertar-se dessa rotina, muitas vezes por falta de meios.

Neste sentido acreditamos que em Cabo Verde as autoridades devem criar meios, implementar medidas institucionais que criam maiores oportunidades para as mulheres participarem de forma activa na política e reverter essa desigualdade, a que Costa (2010) chamou de disparidades abismais e que é necessário combater-las e assim, minimizar o efeito dessas sequelas já mencionadas por Lopes (2013), e neste fio de pensamento delineamos a lei de quotas, e para Pinto (2007) essa medida resultaria num maior “grau de evolução intelectual e cultural”[...] (PINTO, 2007, p. 35) das mulheres Cabo-verdianas.

1.3. Lei De Quotas?

Nas últimas décadas do século XX, houve um aumento em torno da problemática da participação da mulher no âmbito da política que acabou por criar medidas que é designada por lei de quotas, que tem como objectivo compensar a desigualdade e representação entre géneros na esfera política.

Constata-se que as mulheres representam metade da população do mundo, mas o poder desde sempre se encontra nas mãos da minoria, os homens e, “a esta minoria de poderosos e de possuidores contrapunha-se a maioria da população” (TAVARES, 1992, p. 37).

Porém, *“com a entrada das mulheres no mundo do trabalho, e as sucessivas lutas sociais em favor da igualdade, seria de esperar que a discriminação sexual desaparecesse, já que homens e mulheres se encontrariam cada vez mais unidos por um modelo de sociedade mais equitativo. No entanto, depois de décadas de lutas feministas, e apesar de inegável evolução nas condições da vida de muitas mulheres, o seu acesso a posições de liderança/poder em inúmeras organizações mantém padrões de grande desigualdade, sendo a possibilidade de mudança nesse sentido, ainda, pouco segura”* (MACEDO, 2007, p. 21).

“Para corrigir o persistente desequilíbrio entre ambos⁹, a nível de representação política, são vários os países que têm vindo a adoptar políticas de intervenção no sentido de minorar ou anular essa desigualdade de representação” (LOPES, 2013, p. 19).

⁸Paria significa uma metáfora da exclusão das mulheres, ou ainda, homem desprezado ou repellido pela sociedade.

⁹ Lopes (2013) refere a “ambos” como sendo os dois sexo, o masculino e o feminino.

Mas essa representação ainda não foi reconhecida a nível mundial de uma forma plena, ou seja, ainda persiste essa injustiça representacional em termos da igualdade de género, direitos cívicos e de cidadania, mesmo que, durante o percurso histórico, (...).

“Foram longos os caminhos percorridos até ao reconhecimento da igualdade de direitos e de oportunidades entre os homens e as mulheres. Isso significou um avanço nas múltiplas lutas contra a discriminação e a subalternização das mulheres” (MOMTEIRO, 2009, p. 52).

Apesar disso, Évora (2001) acredita que ainda não é o suficiente, pois até agora esses direitos não foram alcançados na sua plenitude.

No entanto, Gomes (2011) acredita que a luta das mulheres está apenas a iniciar, mas Monteiro (2009) contradiz afirmando que há uma fraca permanência de medidas como a simples consagração na lei da igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres, e, particularmente no campo político, isso tem sido registado a nível universal.

E segundo Monteiro “as quotas são consideradas como medidas temporárias destinadas para promover, em particular, a participação política do sexo sub-representado (que, nesse caso, trata-se do sexo feminino), têm sido utilizadas em vários países e em modalidades diferentes” (MONTEIRO, 2009, p. 53).

Mas Macedo (2007) veio concordar com Gomes, onde articula apoiando na ideia de que, actualmente, as mulheres começaram a entrar em maioria no mercado de trabalho e noutras diversas actividades, tendo uma boa qualificação, mesmo assim, verifica-se pouca expressividade em termos de liderança, o que levou Costa (2011) a realçar que quanto a isso, deve-se implantar medidas como recurso de discriminação positiva, no sentido de corrigir essa deficiência de representação, podendo ser lugares reservados, quotas legais de género e sistema de quotas voluntárias pelos partidos, com o intuito de aumentar a representação política das mulheres nos órgãos electivos e de liderança.

Aqui falou-se de mecanismos de discriminação positiva, o que é visto com maus olhos na perspectiva de alguns autores (Costa, 2010; Martins, 2010; Monteiro, 2013) que alegam que todos somos iguais e que não deveria haver esses tais mecanismos, porque estes continuam a evidenciar a sub-representação feminina, mais concretamente nas instâncias do poder político.

Segundo Lopes (2013) as quotas são de enorme importância como estratégia para aumentar e acelerar a representação das mulheres na política, dando-as uma especial atenção, sendo que estão em desvantagem nesse processo de representação política.

Costa (2010) diz que o mecanismo de discriminação positiva, em confrontação com falas estratégicas e às políticas de igualdade de oportunidades, tem sido objecto de fortes controvérsias, e contradições, logo, (Monteiro, 2009) diz que isso dá-se porque procuram através de arranjos vários na engenharia institucional, uma situação de paridade de género nos órgãos electivos.

Por sua vez, Monteiro (2009) acredita que as quotas por sexo que permitem acesso aos cargos elegíveis podem lesar outros princípios da constituição política, além do princípio da igualdade da não discriminação, na medida em que, não deveria haver nenhuma lei que regulasse a entrada das mulheres na vida política e nos centros de tomada de decisões, e nesse sentido, realça que é vital a adopção de novas medidas complementares que favorecem uma maior participação política das mulheres, ou seja,

“[...]políticas sociais orientadas para a promoção da igualdade entre os homens e mulheres (como por exemplo, a criação de estruturas de apoio às famílias) e de sistemas eleitorais de representação eleitoral, tem vindo a ser realçados como sendo importantes para a promoção da participação política das mulheres” (MONTEIRO, 2009, p. 54-55)

Para o Politólogo Arcádio Lopes (2013), apesar, de este assunto ter ganhado maior incidência e protagonismo desde 1975 pela OMCV, ICF, actualmente designado de ICIEG (Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género), e pelos vários debates realizados pelos meios de comunicação social mais concretamente após a abertura política em 1990, ainda persevera certa disposição de não inserção da lei de quotas e isto vai condicionar a representatividade das mulheres em todos os órgãos do poder político.

Contudo Costa (2011), diz que esta objecção tem a ver com o facto de que os homens, muitas vezes, recorrerem a desculpas socioculturais desactualizadas para excluírem as mulheres de colocações políticas de deliberação, de modo a mantê-las num estatuto de menoridade e de submissão, o que levou Adão (2007) a insinuar que,

“ [...] embora a mulher tenha agencia activa na construção da sua própria identidade nacional e/ou cultural, essa construção está inerentemente restrita e sujeita ao poder hegemónico masculino, o que, efectivamente, resultaria na perpetuação da concepção patriarcal do feminino” (ADÃO, 2007, p. 199)

De acordo com INE (Instituto Nacional de Estatística) nota-se que existem mais mulheres em Cabo Verde do que homens, ou seja, cerca de 52% de mulheres, o que levou a Cientista Político Évora (2004), a defender que Cabo Verde é um país de

mulheres governado por homens, e noutra perspectiva nos leva a questionar até que ponto anda a nossa democracia? Há que ponto anda a nossa legislação? Há que ponto andam os direitos das mulheres?

Costa (2011), por seu turno, afirma que as discursões políticas a volta da implementação da lei de quotas e de paridade com forma de incentivar uma maior participação política feminina tem sido confrontadas por insinuações arrogante, paternalista e falocêntrica. Mas o autor deixa bem claro que a inserção de quotas leva em conta três princípios teóricos fundamentais: compensação histórica, discriminação positiva e transitoriedade.

Nesse sentido Norris (2004) defende que essas medidas tais como;

- i. – A Compensação histórica é primordial porque as quotas ou lei de paridade tendem a emendar desequilíbrios estruturais e deformações na representação política das mulheres nos órgãos elegíveis, por outro lado,
- ii. – A Discriminação Positiva para as partes sociais em situação de desvantagem ou putrefacção material e por fim a,
- iii. – A Transitoriedade, onde as quotas afiguram-se como medidas institucionais transitórias, temporalmente estabelecidas, com o propósito apenas de inverter desequilíbrios sócio-históricas, arreigadas tanto nas dinâmicas de participação política, como na extensão da representação.

Ainda Costa (2004) acrescenta que as quotas são de tão importância que não servem apenas para as mulheres, mas sim podem ser introduzidas a favor dos homens caso estes estejam em condição de sub-representação política ou social.

Norris (2004), afirma que, (quotas can be specified for women and men, by other relevant selection criteria such as ethnicity, language, religion or social sector).¹⁰

Em contrapartida Bessa (2002) defende que “tendencialmente, á vida política das sociedades se encontra dominada pelas máquinas dos partidos políticos instalados” (BESSA, 2002, p. 95).

“E as mulheres são discriminadas de forma directa ou imputado nos processos de recrutamento político sendo preteridas em favor dos homens pelos órgãos partidários responsáveis pela selecção dos candidatos e pela ordenação das listas” (MONTEIRO, 2008, p. 116).

¹⁰. " Quotas pode ser especificado para mulheres e homens, por outros critérios de selecção relevantes, tais como etnia, língua, sector social ou religião".

[...] “em Cabo Verde a sub-representação política das mulheres em todas as esferas políticas ainda persiste nos dois maiores partidos políticos (PAICV e MpD)” (MONTEIRO, 2013, p. 21) e segundo (Viegas e Faria, 1999) neste sentido, para que possa haver igualdade formal entre homens e mulheres, há que estabelecer, através da legislação nacional, de quotas mínimas por sexo nas listas de candidatura.

Actualmente existem algumas mulheres Cabo-verdianas que exercem altos cargos na política, como é o caso das ministras no elenco governamental, presidente Câmara Municipal, entre outros. No entanto, Monteiro (2013), explica que a maior parte dessas mulheres nesses cargos beneficiam de privilégios, e no entender de Costa (2010), estas que estão no topo da hierarquia foram escolhidas por nomeação ou por recrutamento, o que as coloca em vantagem em relação as demais mulheres, mas mesmo assim é notável a sub-representação das mulheres, e para além disso, não se pode falar em condição de igualdade feminina, e acredita-se que,

(...) “a igualdade entre homens e mulheres é um princípio fundamental nas sociedades democráticas e novo nexó entre o local e o global, sendo comum associar-se ao nível de desenvolvimento de um país ao papel das mulheres na vida social política e cultural” (AMARO e MOURA, 2008, p. 13).

Nessa linha Lopes (2013) entende que a participação igualitária dos dois sexos nos núcleos de decisão política produzira uma oportunidade de melhoria a nível democrático, só que as mulheres estão muito mal representadas.

Magalhães (2001) intensifica a ideia de a democracia poder ser condicionada, quando houver desigualdades sociais e estruturais que separam indivíduos de diferentes classes sociais, níveis de rendimento ou grau de instrução, e logo a participação política e eleitoral não reflecte igualdade de representação social, na medida em que nem todos conseguem alcançar esses critérios.

“Neste sentido achamos que em Cabo Verde deveriam implementar medidas coercivas e adoptar a lei das quotas, de modo que as mulheres comecem a integrar as listas e em lugares legíveis, consequentemente haverá maior justiça social e um maior acesso ao poder político” (LOPES, 2013, p. 21).

E caso o governo conseguir estabelecer essas medidas, de acordo com Silveira (2005), isso vai influenciar tanto a quantidade, como a qualidade participativa das mulheres na disputa e na prática política, contribuindo para a construção de novas posturas nos partidos políticos e no eleitorado, de modo à alcançar os objectivos protagonizados por Amílcar Cabral que defendia “ a igualdade dos cidadãos perante a lei sem distinção do

sexo” e ainda que “os homens e as mulheres gozarão da mesma condição na família, no trabalho e nos assuntos públicos” (DUARTE, 2007, p. 169). Na opinião dessa autora entende-se que a luta de Cabral rumo a independência para Guiné e Cabo verde era para que homens e mulheres vivessem em pé de igualdade a todos os níveis, e não para termos uma sociedade onde predomina essa espécie de dominação masculina, o que levou o jurista Carlos Veiga (1996) a asseverar que os ideais de Amílcar Cabral foram deturpadas pelos dirigente do partido único logo após a sua morte, e nesse caso torna-se necessário e urgente a implantação da lei de quotas para reverter essa situação de desigualdade.

Mas Freire (2001) realça que essa igualdade não é conseguida apenas com a imposição da lei de quotas, uma vez que, “os processos eleitorais são processos centrais dos sistemas democráticos [...]” (FREIRE, 2001, p. 1), logo, há que trabalhar o sistema eleitoral de modo a que este se adequa a todos os cidadãos, e que sintam mais motivados a participar na política e nos processos eleitorais mas para isso, há que haver oportunidades na medida em que,

“parece pacificar a ideia de que a noção de regime democrático inclui, como condição mínima, a necessidade de providenciar oportunidades de intervenção política para os cidadãos”
(MARTINS, 2010, p. 57)

E quanto isto (Costa 2010, Meirinho 2010) as quotas nesse sentido seriam de grande ajuda para conceder maior abertura, mais especificamente para as mulheres, e se isso acontecer teríamos uma democracia mais feliz e participativa.

CAPÍTULO II- FACTORES QUE EXPLICAM A FRACA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Neste segundo capítulo faremos a contextualização do tema, de seguida falar da emancipação e os direitos políticos das mulheres, abordar a ONU mulheres em prol da cidadania e da democracia e no final exporemos algumas organizações e instituições que promovem os direitos das mulheres em Cabo Verde.

2.1. Contextualização Do Tema

Actualmente é aceite por vários autores (Évora, 2009; Gomes 2009; Koudawo, 2001; Monteiro, 2009) que em certa medida, podem ser vários os factores que influenciam a participação política nos órgãos do poder político em África, e, estes condicionam o aumento dos cidadãos nesse cenário, e como factor principal para explicar esse fenómeno político temos o processo de colonização, onde o continente por várias décadas foi dominado pelo continente europeu, e segundo Cruz (1995), durante esse processo, predominou a escravatura, onde o branco era senhor e dono, e o negro era súbdito e mercadoria, mas,

“para além disso alguns analistas ocidentais minimizam o facto de que o continente foi, durante séculos, o cenário de um dos crimes mais horrendos da humanidade, o comércio de escravos, que as suas terras foram ocupadas e saqueadas por mais de quinhentos anos, por diversas potências europeias” (GOMES, 2011, p. 92).

Este processo de colonização fez com que muitos povos ficassem escravos dos seus dominadores, o que na opinião de Silveira (2005) este cenário constituiu um atraso que impossibilitou os países colonizados de desenvolverem suas economias, suas culturas e ainda regimes políticos saudáveis que dessem abertura política para todos os cidadãos, incluindo as mulheres nesse processo participativo.

Outro acontecimento é que, com a evolução dos tempos, veio dar-se outro processo que conforme Cano (1996) começou com,

“ [...] o final da segunda Grande Guerra, explicitando os anseios democráticos por mais justiça, liberdade democracia, de um lado, e o debilitamento das grandes potências por outro, desencadeou, entre outras coisas, o processo descolonização” (CANO, 1996, p. 133), porem no entender de Gomes, (2011) “O processo de descolonização da África não foi homogénea e acentuada, pois em alguns países, a independência foi obtida de forma mais ou menos pacífica e em outros ela só foi possível com recurso a armas” (GOMES, 2011, p. 94).

Quanto a este processo de descolonização Koudawo (2001) alega que após a independência, se os países Africanos empenhassem em adoptar regimes políticos democráticos, de modo a proteger os direitos dos cidadãos, certamente as mulheres teriam mais liberdade e disposição para a vida política, mas isso não aconteceu, na medida em que estes regimes instituídos após a independência, possuem na maioria características de regimes totalitários e autoritários, e estes no entender de Silveira (2005) impedem que as mulheres desenvolvem politicamente. Temos como exemplo, Senegal, onde “o monopartidarismo, imposto através da União Progressistas senegalesa, dominou a vida nacional no período compreendido entre 1966 e 1974” (CRUZ, 1995, p. 51), não dando espaços para a participação política.

Temos o caso de Cabo Verde que “[...] ao proclamar a independência nacional, que constitui um dos momentos mais altos da história da Nação, não instaurou um regime democrático e liberal, tendo antes a organização do poder política obedecido a filosofia e princípios caracterizadores dos regimes de partido único”. (CRCV 2010, p. 21)¹¹ e este partido, segundo Gomes (2011),

“ [...] era um partido progressista empreendedor, mas que não integravam as mulheres nem na direcção política e nem no governo após a independência” Gomes, 2011, p. 110), e nem dava espaços para a participação política, e como diz (Koudawo, 2001) em São Tomé, também houve uma alternância de regime semelhante a Cabo Verde, só que isso veio a ter implicações pessoais e não institucionais o que “revelou-se mais difícil e acidentada” (KOUDAWO, 2001, p. 72) a participação política neste país.

Na Guiné-Bissau o processo de transição do monopartidarismo para o multipartidarismo foi mais acentuado e o sistema de transformação das instituições teve lugar antes das primeiras eleições pluralistas mas (Koudawo, 2001) revela que ainda “ a continuidade no exercício do poder está longe de corresponder a uma estabilidade das novas instituições” (KOUDAWO, 2001, p.71) e os direitos políticos das mulheres longe de serem alcançadas.

E o ainda mesmo autor revela que em Angola existe problemas com a democratização, uma vez que, esta é submetida ao fim da guerra civil e com transformação de partidos armados em partidos políticos, logo a exclusão da maioria é óbvia, pois o poder e guardado a sete chaves, o que na opinião de Marina (2009) estes têm uma paixão pelo poder e tentam mante-la de forma justa ou injusta, o que levou Balão (2001) a afirmar que nesses regimes políticos os líderes não dão abertura á participação política, muitas

¹¹ Ver Constituição da República de Cabo Verde 2ª revisão ordinária-2010 Presidência da República, Praia 2012.

vezes o voto é meramente uma cortina de fumaça, na medida em que há sinais evidentes da prática de corrupção, e quanto a isso, Magalhães (2001) acredita que nessas circunstâncias há muita desigualdade social e as mulheres têm poucas oportunidades de participar na vida política.

Koudawo (2001) constata mais um problema em África que é a fraca liberdade de imprensa, na medida em que, se os regimes políticos instaurados logo após a independência, de uma forma geral não constituem regimes democráticos, onde o poder do Estado está centrado nas mãos da elite, e estes, não concedem aos média espaços para criticar questionar e reivindicar os direitos dos cidadãos, o que levou Peruzzo (2005) afirmar a existência de uma utopia no que tange a igualdade no poder de comunicar, na medida em que, muitos ainda não conseguem dispor de computadores, de softwares e ainda pagar uma taxa mensal para ter acesso a Internet em países onde ainda se morre e fome, logo, essa “ utopia torna-se fundamental porque pode ser factor de mudança” (PERUZZO, 2005, p. 271), podendo indicar pistas para se reivindicar a constituição de uma sociedade mais justa e igualitário, o que no intender de Ki-Zerbo (2006) é muito difícil por falta de recursos diversos em África.

Com isso, Peruzzo (2005) afirma que na ausência de regimes democráticos que zele por direitos dos cidadãos, onde preside ainda o tal poder masculino dominador, nesse caso os dirigentes políticos, e a consequente falta de informação, as mulheres continuam sem exercer os seus direitos, mas concretamente os direitos de participação na vida política. Outro acontecimento que pode explicar essa fraca participação política das mulheres tem a ver com o facto da institucionalização democrática em África ter falhado, pois, Costa (2010) deixa bem evidente que os processos de democratização e de liberalização política, serem heterogéneos, e isso deve-se as transformações políticas ocorridas em escala internacional, entre elas a queda do Muro Berlim e o fim da Guerra Fria.

E Costa (2010) argumenta que após a sua independência, vários países Africanos ficaram com graves sequelas o que não possibilitou a que ela caminhasse pelos próprios pés rumo a instauração de uma democracia igualitária, o que levou Huntington (1991) a assegurar que em certa medida é por falta de acompanhamento das teorias de modernização política, e dos pré-requisitos sociais e económicos, facto que proporciona menor participação política, e no dizer das mulheres, a excessão confirma a regra. Para Évora (2009) em África ainda se verifica um baixo nível de desenvolvimento, devido

aos conflitos tribais, a miséria extrema, à fome e as epidemias, que impedem que as mulheres desenvolvem económica, e socialmente. Por sua vez Macedo (2007) diz que se existe demasiada pobreza a todos os níveis, é impossível que o ensino seja de qualidade, impedindo que as mulheres fortaleçam as suas capacidades literárias, o que para Bourdieu (1999) é o factor principal para que elas não consigam auferir maiores recursos simbólicos.

No tocante a fraca participação das mulheres em Cabo Verde, (Monteiro, 2013) diz que existem vários outros constrangimentos que evidenciam a insuficiente presença participativa nos órgãos do poder ao longo de vários anos dos tais como; cultura patriarcal, falta informação sobre a perspectiva de género, baixa confiança ou auto-estima entre elas, insuficientes estruturas de apoio à família, fraca capacidade de penetração nas listas eleitorais, o desemprego e a pobreza, insuficiência de medidas da acção positiva tais como as quotas, e estes tem um impacto devastador no tocante a participação política.

E é aceite por (Costa 2010, Gomes 2011, Martins 2010, Monteiro 2013) que ainda não foram eliminados totalmente os desequilíbrios e as desigualdades na sociedade Cabo-verdiana, e que, um bom número de mulheres, continuam marginalizadas no processo de desenvolvimento do país, e nesse âmbito, (Gomes, 2011) constatou que 40% das mulheres Cabo-verdianas são chefes de família, sendo a maioria pertencente às camadas mais pobres da população, têm uma dupla jornada de trabalho; os cuidar dos filhos e da família, a preparação dos alimentos e a limpeza da casa, são ainda tarefas quase exclusivas do sexo feminino; a gravidez na adolescência é preocupante e tem impedido que as raparigas se preparem para uma vida social e política mais activa na sociedade, a paternidade e a maternidade não assumidas são constantes, fragilizam as famílias Cabo-verdianas e condenam muitas crianças, fruto de relações ocasionais, a uma situação de exclusão social; as mulheres em especial as do meio rural continuam a ter muitos filhos, muitas vezes sem o espaçamento necessário, o que não só limita a sua participação social, como também, traz problemas de saúde; o analfabetismo, embora hoje muito reduzido, atinge mais as mulheres, sobretudo as do meio rural, e diminui as possibilidades de acesso aos benefícios do desenvolvimento; a pobreza continua a afectar principalmente as mulheres, não obstante os programas concebidos para a sua erradicação ou redução; o desemprego afecta mais as mulheres e as que têm um emprego, regra geral, auferem salários mais baixos que os dos homens, porque não

possuem preparação profissional, na maior parte das vezes elas desempenham tarefas ditas femininas, por isso, também, menos remuneradas; a sociedade ainda não apreendeu adequadamente os direitos das mulheres de modo que possam contribuir para o desenvolvimento do país e por fim, o poder encontra-se nas mãos dos homens.

Todo este cenário na opinião de vários autores fragiliza o sistema democrático Cabo-verdiano, que segundo a constituição deveria garantir a igualdade de género para todos cidadãos, e no entender de Duarte (2007) do ponto de vista jurídico e político, dispõe de uma constituição e de leis ordinária que respeitam os direitos das mulheres e têm as orientações das organizações nacionais e internacionais competentes.

2.2. Emancipação E Os Direitos Políticos Das Mulheres

Como se tem notado as mulheres estão cada vez a procura de mais espaços nas sociedades em que estão inseridas, o que lhes possibilita maior penetração na vida social económica e política, como já foi referido por Lopes (2013), mas para Évora (2004) em escala global, regional e local, a liderança das mulheres e sua participação política ainda estão comprometidas, na medida em que estão sub-representadas como eleitoras e em posições de liderança.

Aqui Évora carrega na questão de liderança como forma de chamar atenção, evidenciando o desequilíbrio de género. Cruz (1995) deixa claro que apesar de esforços para se conseguir uma maior emancipação, há grandes problemas no que toca aos programas de ajustamento institucional, uma vez que estão centralizados de uma forma global, o que no entender de Marina (2009) é porque o poder, mais concretamente o poder político fascina os seus detentores que não dão muita abertura e nem concedem os direitos na sua plenitude e por isso, se as medidas institucionais não funcionam, haverá menos mulheres na vida política e para que essa situação seja contornado, a ONU tem trabalhado a questão dos direitos políticos das mulheres, que se refere aos direitos objectivos e sugestivos reivindicados para as mulheres em diversos países, que no entender de Fonseca (1998) esses constituem uma das três projecções dos direitos fundamentais, com forte agrupamento de normas que disciplinam os meios essenciais á exercitação da soberania popular.

Para Fonseca (1998) os direitos políticos não são direitos de defesa contra o Estado, mas direitos de integração ao Estado. Assim, ao lado da liberdade-autonomia (direitos do indivíduo oponíveis ao Estado) fala-se em liberdade-participação, entendida como a prerrogativa do indivíduo de participar da vida política do Estado.

No mesmo fio condutor Monteiro (2013) deixa claro que esse privilégio ainda é bastante limitado, devido a obstáculos estruturais, por meio de leis e instituições discriminatórias, o que em vários casos limita as opções das mulheres de votar ou a concorrer a um cargo político, daí que a ONU estipulou doze direitos das mulheres;

- i. “Direito à vida,
- ii. Liberdade e segurança social,
- iii. Igualdade a estar livre de todas as formas de discriminação,
- iv. Liberdade de pensamento,
- v. Informação e educação,
- vi. Privacidade,
- vii. Saúde e protecção desta privacidade,
- viii. Direito a construir relacionamento conjugal e a planejar a sua família,
- ix. Decidir ou não ter filhos e quando tê-los,
- x. Direitos a benefícios do progresso científico,
- xi. Liberdade de reunião e participação política,
- xii. Direito a não ser submetida a tortura ou a maltratos”.¹²

Segundo Lopes (2013), com esses direitos elas passaram a ter menos receio, opressão, tendo mais disponibilidade para decidir os rumos a enveredar, e aquelas que tiverem mais interesse, recursos e oportunidades, estarão com meio caminho aberto para engrenar na vida política, no entanto, Évora (2009) deixa claro que isso não é tão fácil assim porque em muitas sociedades onde se cumpre esses requisitos, ainda predomina um factor psicológico, onde em seus imaginários existem lacunas de capacidades que os leva a pensar que no ramo político têm menos oportunidades do que os homens, o que levou (Macedo, 2007) a observar que *as* mulheres “são socializadas como sujeitos

¹²Página Web <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/direitodasmulheres.htm>

apolíticos e continuamente projectadas para longe da arena política, quer como sujeitos quer como agentes” (MACEDO, 2007, p. 23).

Mediante todo este cenário, para torna-las mais activas de forma a integra-las nessa arena política a ONU, tem trabalhado outras questões associados com os direitos das mulheres tais como, à integridade e autonomia dos corpos, à votar (sufrágio), à ocupar cargos públicos, à salários justos e igualitários, á educação, a servir na polícia militar, e todo esse trabalho, tem sido com o propósito de alcançar os direitos das mulheres, que começou com a carta organização, (Nações Unidas) e entre seus propósitos decretados no seu Artigo 1º da carta estão as liberdades fundamentais conseguir cooperação internacional para resolver problemas internacionais de índole económico, social, cultural ou humanitário, e políticos, de modo a promover e estimular o respeito pelos direitos humanos a todos, sem distinção de raça, sexo, religião, ou língua¹³.

Apesar de todo esse esforço que a ONU vem realizando, esta organização realça que estes direitos em determinados sítios são institucionalizados e garantidos pela legislação, enquanto noutros, são ignorados e suprimidos completamente, o que levou Ki-zerbo (2006) a afirmar que apesar de várias conquistas ainda as mulheres continuam atraso em relação aos homens, isto devido a limitações e falta de domínio em certas áreas de conhecimento e do nível de instrução.

Por causa dessas limitações, dia 2 de Julho de 2010 a Assembleia geral da ONU votou por unanimidade para criação de um órgão único incumbido de apressar os progressos para conseguir a igualdade de género e uma maior emancipação feminina.

Mas apesar de todo este esforço que ela tem feito, de acordo com a Resolução de 2011 sobre participação política das mulheres na Assembleia Geral da mesma (ONU), em todas as partes do mundo as mulheres continuam sendo marginalizadas na esfera política, por causa de leis discriminatórias, práticas, atitudes e estereótipos de género, baixos níveis de educação, fraco aceso a saúde e muitas vezes pela extrema pobreza a que se encontram¹⁴.

¹³ (<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres/>)

¹⁴Relativamente aos direitos políticos das mulheres consultar a página da web http://www.onumulheres.org.br/?page_id=95

Para contornar essa situação foi criado a ONU Mulheres na perspectiva de igualdade do género de modo alcançar maior empoderamento feminino.

Essa organização com objectivo de conseguir auferir mais direitos para as mulheres, tem conseguido bons resultados no que tange a essa emancipação, contribuindo assim para uma maior igualdade de género, que no entender de Évora (2009) é a condição *si no qua non* para se chegar a esse objectivo, mas para isso há que haver maior intervenção dos governos, dos partidos políticos, para políticos, das instituições estatais e organizações de forma geral, porque segundo Ki-zerbo (2006) a ONU tem feito muito no que se refere a questão de género, mas sozinha pouco consegue fazer e quanto a esta situação, “quem sofre mais são as mulheres [...]” (KI-ZERBO, 2006, p. 30).

2.3. A ONU Mulheres Em Prol Da Cidadania E Da Democracia

Com o intuito de salvaguardar os direitos das mulheres, essa nova entidade da ONU ou (ONU Mulheres) tem ao seu dispor quatro agências e escritórios para prossecução dos mesmos e de entre eles;

- i. “ O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a mulher (UNIFEM),
- ii. A Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW),
- iii. O Escritório da Assessoria Especial em Questão de Género, e,
- iv. O Instituto Internacional de Treinamento e pesquisa para promoção da mulher (INSTRAW)”.

Essa instituição passou a funcionar logo após sua criação em 1º de Janeiro de 2011, e no seu primeiro ano, o Conselho Económico e Social (ECOSOC), instituiu uma comissão sobre o Status da Mulher, como o principal órgão de decisão política dedicado única e exclusivamente à igualdade de Género e ao avanço das mulheres.

Uma das suas primeiras concretizações foi garantir a imparcialidade de género no projecto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e para garantir isso, criou uma série de instrumentos jurídicos no plano internacional e nacional em vários países, tais como;

- i. “Convenção internacional sobre a concessão dos direitos civis à mulher (1948): outorga às mulheres os mesmos direitos cívicos de que dispõem os homens.

- ii. Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953): determina o direito ao voto em igualdade de condições para mulheres e homens, bem como a elegibilidade das mulheres para todos os organismos públicos em eleição e a possibilidade para as mulheres, de ocupar todos os postos públicos e de exercer todas as funções públicas estabelecidas pela legislação nacional.
- iii. Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher- CEDAW (1979): onde os países participantes tinham o compromisso de combater todas formas de discriminação contra as mulheres. Em 06 de Outubro de 1999, foi adoptado em Nova Iorque, o protocolo Facultativo à Conversão sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a mulher.
- iv. Convenção internacional para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, convenção de Belém do Pará (1994), define como violência contra a mulher qualquer acto, ou conduta baseada nas diferenças de género que cause a morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Ainda diz que é responsabilidade dos estados participantes salvaguardarem e respeitarem esses direitos”.

Devido a essas ferramentas, em vários pontos do mundo as mulheres conseguiram alcançar uma vida mais satisfatória e disfrutando de maiores direitos liberdades e garantias, mas de acordo com a ONU nem todos os países concedem esses tais direitos para seus cidadãos, o que leva alguns autores a evidenciar que é por falta de um regime democrático que conceda os direitos cívicos e de cidadania, conforme explica Évora (2004), mesmo que a cidadania seja apresentada como prerrogativa individual e universal, considerada sujeito de direito e detentor de soberania perante o estado, o carácter político que se refere a autonomia do povo como origem e exercício, bem como a um carácter estatutário ligado aos direitos, é bem difícil de ser alcançados na ausência de uma constituição que zele para tal.

E em muitos casos, “a cidadania é associada à natureza intrínseca das democracias seja pelo entendimento de que a sua institucionalização requer, em termos ideais, a constante procura da plena igualdade de direitos económicos, sociais e políticos dos cidadãos, seja pelo reconhecimento da necessária contribuição destes para a realização daquele ideal” (MARTINS, 2004, p. 97)

Para Martins (2004) Pasquino (2010) o método democrático é necessário para que se possa falar de cidadania, e sem este é impossível que os cidadãos adquiram poder concedido através do voto, que é um direito de todos.

No entanto, dentro de um estado democrático, a própria definição de direito, pressupõe a contrapartida deveres, e temos como exemplo a “Constituição da República de Cabo Verde, no seu (art.º 1 n.º 2) reconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de origem, situação económica, raça, sexo, religião, convicções políticas ou ideológicas e condição social. Ainda assegura o pleno exercício das liberdades fundamentais de todos os cidadãos, e com isto já se pode falar em maior justiça social”.

“Nesse sentido podemos dizer que a democracia é a condição fundamental para alcançar essa justiça, pois ela defende valores, universalmente reconhecidos, como a liberdade, a igualdade, a justiça social, o respeito um pelo outro, e favorece espaços de participação e de diálogo” (GOMES, 2011, p. 46), mas nem sempre as mulheres obtiveram esses direitos.

É certo que no nosso século, as ideias estão muito mais claras quanto à relação entre democracia e a mulher, e a um consenso quase generalizado de que a democracia plena é difícil sem a participação activa da mulher.

A priori, “nos sistemas democráticos, pressupõe-se a existência de uma cultura política que se baseia no respeito pela dignidade humana, incluindo o respeito pela mulher e pelos seus direitos” (GOMES, 2011, p. 53). Mas para isso Pasquino (2010) “sublinha que a participação eleitoral tem que ser extensiva a todos para que um regime possa ser qualificado como democrático, e que possam exercer livremente actividades consideradas fundamentais para a estruturação do voto (petições, críticas, manifestações) e direitos considerados irrenunciáveis na vida (reunião, expressão, imprensa) ” (PASQUINO, 2010, p. 359).

Neste sentido, Dahl citado por Pasquino (2010) institui alguns requisitos para a formação das democracias e com isto as mulheres podem desfrutar de todos os seus direitos em igualdade com os homens.

Tabela 6. Requisitos Para A Formação Das Democracias Segundo Dahl.

Para que haja oportunidade de	Exigem-se as seguintes garantias institucionais
I. Formular preferências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liberdade de formar organizações e de aderir a elas 2. Liberdade de expressão 3. Direito de voto 4. Direito dos dirigentes políticos a concorrerem entre si pelo apoio dos cidadãos 5. Fontes alternativas de informação
II. Exprimir preferências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liberdade de formar organizações e de aderir a elas 2. Liberdade de expressão 3. Direito ao voto 4. Elegibilidade para cargos públicos 5. Direito dos dirigentes políticos a concorrerem entre si pelo apoio dos cidadãos 6. Fontes alternativas de informação 7. Eleições livres e imparciais
III. Ver preferências	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liberdade de formar organizações e de aderir a elas 2. Liberdade de expressão 3. Direito de voto 4. Elegibilidade para cargos públicos 5. Direito dos dirigentes a concorrerem entre si pelo apoio dos cidadãos 5a. Direito dos dirigentes a concorrerem entre si pelo voto dos cidadãos 6. Fontes alternativas de informação 7. As instituições que produzem políticas governativas dependem do voto e de outras formas de expressão das preferências dos cidadãos

Fonte: Pasquino 2010, p. 360

Certamente para (Dahl, cit in: PASQUINO, 2010, p.360) essa seria a melhor concepção de democracia, uma vez que todos sem distinção de sexo de raça, religião podem formular, exprimir e ver as suas próprias preferências, com base nas garantias institucionais por ele delineados, e, certamente as mulheres sairiam a ganhar, pois com uma democracia bem institucionalizada a participação política tem mais oportunidades de ser maior e de melhor qualidade.

2.4. Organizações /Instituições Que Promovem Os Direitos Das Mulheres Em Cabo Verde

De acordo com Gomes (2011) e Monteiro (2009), logo após a independência de Cabo Verde, foram empreendidos esforços significativos no sentido de melhorar a situação de vida das mulheres, e de entre eles,

- i. “Em 1975, foi reconhecido uma base universal e igual ao direito de voto;

- ii. Em 1978, foi criada a Comissão Nacional Organizadora das Mulheres de Cabo Verde (CNOMCV)¹⁵;
- iii. Em 1980, foi ratificada a CEDAW;
- iv. Em 1981, foi criada a Organização das mulheres de Cabo Verde (OMCV), tendo sido a principal parceira do Partido-Estado no reconhecimento da igualdade entre os sexos e, em particular, na promoção das mulheres, durante o monopartidarismo”¹⁶;

Na opinião de Monteiro (2009) à que mais se destacou foi a OMCV que tem feito um trabalho magnífico desde os primeiros anos do seu advento até os dias de hoje, onde têm-se dedicado a contenda pela igualdade entre homens e mulheres ao longo da conjuntura pós-revolucionária.

No seu entender Gomes (2007) diz que na primeira República, a OMCV baseou-se nos princípios políticos do PAICV, e era composta por mulheres que participaram no processo de luta pela independência, isso contribuiu para que o processo de igualdade se reflectisse nas áreas de sobrevivência, tais como, saúde, educação, economia, informação e formação. Actualmente a OMCV, já é uma organização não-governamental, que tem trabalhado para atingir a máxima valorização das mulheres de modo a que possam alcançar maior desenvolvimento, e de acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BM (Banco Mundial) elas constituem peças fundamentais para alcançar mais objectivos sociais e de desenvolvimento humano.

No entanto Gomes (2007) afirma que foi com a segunda República, após o MpD ter vencido as eleições pluripartidarista em (1991), é que foi atribuído à mulher maior inserção no campo social, económico, político e cultural, onde se criou algumas associações tais como, a MORABI (Associação de Apoio a Auto-Promoção das Mulheres no Desenvolvimento em 1992), foi criada também Associação das Mulheres Empresarias em 1992, o ICF (Instituto da Condição Feminina em 1994).

¹⁵ 13 de Março 1978, durante o I Encontro Nacional das Mulheres de Cabo Verde, realizado na Ilha do Sal, a problemática das Mulheres Cabo-verdianas foi analisada detalhadamente, tendo impulsionado a criação da CNOMCV (em Junho de 1978 pelo Conselho Nacional de Cabo Verde do PAIGC que tinha como principais objectivos sensibilizar, mobilizar e organizar as mulheres Cabo-verdianas).

¹⁶ O III congresso do PAIGC (realizado em 1976, em Bissau) frisou a necessidade da criação de organizações de massas ligadas ao partido, nomeadamente organizações juvenis, sindicais e de mulheres.

Conforme explica Gomes (2011) e Monteiro (2007 e 2009), o multipartidarismo permitiu um aumento da participação das mulheres Cabo-verdianas na vida pública e política, registando-se uma maior movimentação para as quais as exigências político-liberais serão maiores.

E essas exigências passaram a ser maiores na medida em que foram criadas outras instituições e associações como ICIEG (Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género), que antes era o Instituto da Condição Feminina (ICF), a RMPCV (Rede de Mulheres Parlamentares de Cabo Verde, criada em Outubro de 2002) e a CNDHC (Comissão Nacional de Direitos Humanos e Cidadania).

Para Monteiro (2009) estas instituições e associações referidas têm integrado no espaço político, mais concretamente defender a igualdade de direitos entre homens e as mulheres, luta em prol de uma maior participação das mulheres Cabo-verdianas nos órgãos do poder político como prioridade, a luta por uma maior inclusão feminina de modo atingir o desenvolvimento equilibrado e no caso da CNDHC, tem dado especial atenção as recomendações saídas da conferência de Viena sobre os Direitos Humanos em 1993, no sentido de proteger, promover esses direitos e favorecer a educação para a Cidadania em Cabo Verde¹⁷. Atua no ramo dos direitos humanos, de cidadania, e dos grupos sociais mais vulneráveis (nomeadamente a camada feminina).

Segundo Monteiro (2007) para além destes foi estabelecida alguns planos para aumentar essa inserção feminina em Cabo Verde e de entre eles, o Plano de Acção Nacional das Mulheres (1996-2000), o Plano Nacional de Desenvolvimento (1997-2000), o Plano Nacional de Luta Contra a Pobreza.

Entretanto Monteiro (2009), afirma que, nos anos noventa a OMCV junto com outras instituições e associações, perfilharam uma nova perspectiva baseada nas relações sociais entre os sexos, pela igualdade em termos gerais nas políticas públicas, tendo levado em conta a IV Conferência sobre as mulheres (1995 em Pequim), onde Cabo Verde ficou manifesto a necessidade de institucionalização na óptica das relações sociais em todas os domínios de intervenção. E conforme explica Monteiro (2009) Cabo Verde ficou com o compromisso de trabalhar no sentido de garantir a igualdade entre homens e mulheres nas doze áreas estratégicas sugeridas:

¹⁷ Em 1991, foi criada a Comissão Instaladora da Condição Feminina; em 1994, foi criada o Instituto da Condição Feminina (ICF); em 2006 esse Instituto passou a ser designado por Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género (ICIEG).

1. *“Mulheres e pobreza;*
2. *Educação e formação profissional das mulheres;*
3. *Saúde das mulheres;*
4. *Violência contra as mulheres;*
5. *Mulheres e os conflitos armados;*
6. *Actividade económica e produtiva das mulheres;*
7. *Mulheres no poder e na tomada de decisões,*
8. *Mecanismos institucionais para a igualdade e políticas de mainstreaming (Integração);*
9. *Direitos humanos das mulheres;*
10. *Mulheres e os meios de comunicação social;*
11. *Contribuição das mulheres para o desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente;*
12. *Protecção das raparigas”.*

Nos anos noventa além da IV conferência, a ONU realizou mais quatro conferências sobre as principais questões globais da actualidade:

- i. *“Conferência sobre o Ambiente e do Desenvolvimento em (1992, Rio);*
- ii. *Conferência sobre os Direitos Humanos em (1993, Viena);*
- iii. *Conferência sobre a População e o Desenvolvimento em (1994, Cairo);*
- iv. *Conferência sobre o desenvolvimento social em (1995, Copenhaga) ”.*

Mais recente, o país assumiu o compromisso de trabalhar no sentido de alcançar objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, tais como:

- i. *“Promover Igualdade do Género e dar Poderes as Mulheres”¹⁸;*
- ii. *Em 2005 ratificou o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo aos Direitos das Mulheres em África”¹⁹.*

¹⁸ Ver PNUD 2003- Relatório do desenvolvimento humano: objectivos do desenvolvimento do milénio- um pacto entre as Nações para eliminarem a pobreza humana. Lisboa: MENSAGEM.

Ver Cabo Verde Relatório- 2004: Objectivo do Milénio para o Desenvolvimento; Praia 2004.

¹⁹ Ver BO,I série, 22, 30 de Maio 2005.

Ainda Cabo Verde ratificou algumas Convenções Regionais e Internacionais sobre os Direitos Humanos e, especificamente, sobre os direitos das mulheres, tendo vindo a ser acolhidos no ordenamento jurídico nacional²⁰

Presentemente é aceite por vários autores que após a independência nacional e com a abertura política, onde veio aparecer essas instituições e associações já referidas e com o excelente trabalho que têm feito, as mulheres passaram a ter maiores direitos, liberdades garantias, o que se espera de um regime democrático, mas de acordo com Costa (2010), para que Cabo Verde possa alcançar maior estabilidade política há que formular os sistemas eleitorais de modo que haja maior aderência das mulheres nas listas eleitorais e nos lugares de decisão.

²⁰ Em 1992, o país ratificou o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

CAPÍTULO III- A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Neste terceiro capítulo o objectivo é apresentar as seguintes temas: Conceito de participação política segundo alguns autores, de seguida fazer uma distinção entre participação política passiva e activa para uma democracia participativa, e no último ponto expor os conceitos do desenvolvimento económico, social, cultural e a dominação simbólica.

3.1. Conceito De Participação Política Segundo Alguns Autores

Para Martins (2010), em sentido etimológico, o termo significa “fazer parte de, tomar parte em qualquer coisa” (Martins, 2010, p. 15). Para este autor a noção de participação política remete para a ideia de alguém “tomar parte na vida política.

“As referências ao conceito de participação não são recentes; sabe-se que, já no século XVIII, alguns autores, nas suas obras consideravam que era importante que os cidadãos participassem na resolução dos seus próprios problemas” (GOMES 2011, p. 55).

Para Mill (2014) a participação de cada cidadão deve ser a mais vasta possível. Invocou à necessidade de proteger os interesses de cada indivíduo e de aperfeiçoar a sua educação e inteligência política, o que se conquista através da experiência adquirida na participação política. E este fenómeno tem ganhado muita importância nos dias de hoje. No entanto Gomes (2011) realça que nos anos setenta a participação era definida como acção colectiva modelada tanto de causas institucionais como não institucionais, ou seja, movimentos colectivos, e era integrada pelo conjunto de acções que intercedia na produção do político.

E a este “conceito abarca, geralmente, diferentes variantes, quais sejam: desenvolvimento participativo, participação comunitária, participação política, participação popular, participação dos beneficiários e, também, participação das mulheres, por constituírem um colectivo que, tradicionalmente, se encontra marginalizado das instâncias de tomada de decisões” (GOMES, 2011, p. 54)

Para Parry “the participation is composed of a variety of activities which differ greatly in the time and effort they require, the skill and knowledge needed to perform them and the conflict they are likely to engender (Parry, cit in LOPES, 2013, p. 23)”²¹.

Lopes (2013) acredita que, para além da participação gerar conflito, este conceito é multidimensional, ou seja, não vai num único sentido e é susceptível de varias

²¹ “A participação é composta por uma variedade de actividades que diferem muito no tempo e esforço de que necessitam a habilidade e o conhecimento necessário para realização deles e do conflito que são susceptíveis de gerar”

definições diferente, que certamente podem criar alguma aversão entre os seus definidores.

Segundo este autor, são “*muitas as dificuldades em delimitar a sua natureza, modos, formas, determinantes e graus, não é possível encontrar uma posição consensual quanto a conceptualização desta expressão*” (MARTINS, 2004, p. 39).

Para Pasquino (2010) “*a participação política é o conjunto de acções e de comportamentos que aspiram a influenciar de formas mais ou menos directa e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou modificar a estrutura e, consequentemente, os valores do sistema de interesses dominante*” (PASQUINO, 2010, p. 74)

É unanimemente aceite por alguns autores no rasto de (Martins, 2010), que a noção de participação política, é acima de tudo um conceito contínuo e não tanto um conceito bifurcado, na medida em que, as sociedades e os indivíduos divergem profundamente nas percepções que abane a verdadeira natureza do acto político, bem como valores e normas a ele agrupadas

No nosso entender o autor quis realçar que as sociedades evoluem juntamente com os seus valores, logo o seu modo de pensar e de ver as coisas também podem progredir em vários sentidos, o que levou Martins (2004) a afirmar que é,

“devido a essa multiplicidade que esse conceito antecipa desde logo, a complexidade inerente à abordagem de um fenómeno que tanto pode referir-se a comportamentos activos e passivos; a atitudes e motivações face a vida política e pública; as acções individuais e voluntárias destinadas a intervir no processo de decisão política; a actividades estimuladas por diversos agentes políticos e sociais; a comportamentos consentidos e não consentidos; ou a intervenção na esfera política e social” (MARTINS, 2004, p. 39-40).

O que podemos entender da explanação de Martins (2010, 2004) é que, actualmente, nas sociedades consideradas democráticas não há que deixar esse termo sem uma distinção, na medida em que, constitui uma importância sem igual, permitindo os cidadãos entenderem os assuntos que envolvem a esfera pública e política, intervindo e interferindo neles.

Deste modo abordaremos a questão da participação política passiva e activa, para entendermos melhor o comportamento das pessoas e o seu envolvimento nesse processo político.

3.2. Participação Política Passiva/Activa E A Democracia Participativa

Segundo Martins (2010 e 2004) as principais divergências relacionadas com a noção de participação política surgem a propósito do carácter activo e passivo da intervenção dos cidadãos na vida política, uma vez que, estes podem ser relativizados de acordo com a

sociedade a que se estiver inserida, devido a sua complexidade de sentidos. Ainda refere que nas sociedades democráticas a tendência é associar a noção de participação à ideia de envolvimento activo do cidadão, e o peso que lhe é conferido varia substancialmente conforme o significado atribuído ao termo activo bem como à relação entre participação e regime democrático, ou seja, cada um terá esse estatuto de activo ou não mediante a sua capacidade de acção nos regimes considerados democráticos e quanto a isso, “pode-se entender a participação activa como sendo envolvimento máximo do povo nas decisões públicas a todos os níveis” (MARTNS, 2010, p. 17).

Este autor argumenta que a participação política relaciona-se não só com a partilha de valores comuns mas, sobretudo, com experiencias compartilhadas e uma espécie de mecanismo que permite a identificação total dos cidadãos com o sistema político em que se inserem.

Para Huntington (2001) nas sociedades muito desenvolvidas atribui-se um valor significativo à participação política reconhecendo-a como necessária ao funcionamento efectivo do sistema político e como uma característica inerente a acção do individuo.

Mas na opinião de Vieira (2007), em Cabo Verde “ainda existe a necessidade de uma maior maturação dos actores políticos” (VIEIRA, 2007, p. 237), para que se possa considera-los como activos na política.

Tabela 7. Diferença Entre Papel Activo E O Papel Passivo.

Papel activo	Papel passivo
a) Articulação de interesses: contactos motivados por interesses pessoais, participando em grupos formais e informais, envolvendo em actividades de protestos; b) Agregação de interesses: apoiando activamente os dirigentes políticos através do exercício voto e da participação em actividades de campanha eleitoral; c) Tomada de decisão: pela via de participação em referendos ou em instituições de governo local.	a) Enquanto fornecedores de recursos ao Estado (contribuinte); b) Enquanto destinatário dos seus recursos (receptores de retribuições sociais beneficiários de serviços e apoios públicos); c) Quando cumprem as normas instituídas e respeitam os valores aceites pela comunidade política a que pertencem

Fonte: Ver Martins (2010, p. 21)

Se formos analisar a tabela (7) na óptica Cabo-verdiana, pode-se dizer que ainda ela possui um carácter passivo na medida em que, os cidadãos na maior parte das vezes se contentam em obedecer somente os deveres instituídos contidas na constituição, por falta dos tais recursos institucionais, e isso deixa pouca a desejar, conforme constata Gomes (2011), uma vez que os partidos políticos, e a lei eleitoral não dão essa abertura. E nesta mesma linha de pensamento afirma-se que essa,

“participação passiva só se iniciou após a abertura política em 1991 onde as pessoas começaram a exercer maiores direitos de cidadania, pois, o país viu-se obrigado a reforçar a igualdade entre homens e mulheres no plano legal e abrir mais espaços para a participação na vida pública e política”. (MONTEIRO, 2011, p. 75)

Quanto a essa abertura rumo a uma maior participação política Vieira (2007) alega que o governo esta a trabalhar no âmbito de conseguir uma maior coesão institucional e eleitoral e criando incentivos para que os partidos contribuam para a adesão dos cidadãos na política, porque, sem ela é impossível termos um país verdadeiramente democrático e reivindicativo, pois na sua opinião essa passividade representa alguma forma de instabilidade e, não é isso que se quer para cabo verde.

3.3. Desenvolvimento Económico, Social, Cultural E A Dominação Simbólica

O desenvolvimento económico, social e cultural é a base fundamental da actividade política, na medida em que permite criar mecanismos de suporte á participação política, tais como aumento e melhoramento das tecnologias de informação, estabilidade económica, credibilidade em termos de investimentos externo, igualdade em termos de adesão as listas eleitorais e ainda maior coesão social e cultural, possibilitando uma democracia mais saudável e participativa.

i. Desenvolvimento Económico

O conceito de Desenvolvimento “sempre como processo de mudança, evolui a partir de uma posição de maior dinâmica do crescimento económico ao longo da década de 90”, (PROENÇA, 2009, p. 13), no entender deste autor isto levou a um reconhecimento mais generalizado da articulação entre crescimento económico, aspectos sociais e a personalização do desenvolvimento, económico, o que conduziu Lopes (2013) a argumentar que o crescimento económico é o resultado de esforços que cada sociedade faz para se desenvolver, tais como condições de estrutura, culturais e da organização da

própria sociedade, e é por isso, que este conceito é susceptível de varias definições, pois leva em conta os aspectos sociais, com objectivo de alcançar maior qualidade de vida dos cidadãos, o que lhe confere um estatuto diferente do crescimento económico, que levam em atenção apenas os aspectos quantitativos.

No entender de Vieira (2007) esse processo de desenvolvimento económico é fundamental para a democracia, já que é considerado um motor fundamental, e, em Cabo Verde este só começou após a abertura política e vem ganhando maior maturidade actualmente, e o propósito do governo é trabalhar mais para se chegar a um maior desenvolvimento económico de modo que todos vivem em pé de igualdade.

Existem uma série de variáveis que se pode utilizar para explicar o desenvolvimento económico tais como: a independência financeira, rendimento financeiro pessoal, desempenho de cargos políticos e o empreendedorismo, são essas “variáveis que permitem que as mulheres afastem cada vez mais do seu universo familiar, dos afazeres domésticos e cada vez menos na dependência do homem” (LOPES, 2013, p. 10) por isso, procuramos ver se essas variáveis justificam o aumento da participação das mulheres na política e no caso concreto do parlamento Cabo-verdiano, ou seja, a repercussão que tem desempenhado.

ii. Desenvolvimento Social

Analisar esse conceito não é muito fácil, pois Koudawo (2001) nos diz que isso é devido às várias incompatibilidades a que lhe estão sujeita, tais como, raça, religião, etnia, classes sociais, emprego, condições de acesso a educação, acesso aos bens de consumo, as receitas, remuneração, entre outros, que tornam esse conceito muito abrangente.

Para Oliveira (2002) esse conceito de desenvolvimento sofreu serias transformações nos anos 90, e actualmente tem ao seu dispor um leque de estudos, que o torna mais rico, mas de igual modo ainda é susceptível de varias ambivalências na medida em que existem autores que levam em conta apenas o crescimento e não a perspectiva sociológica do bem comum.

Em sua opinião, o Desenvolvimento social “deve ser encarado como um processo de mudança e transformações de ordem económica, política e, principalmente humana e

social” (OLIVEIRA, 2002, p. 38), de modo a satisfazer os mais diversificados anseios do ser humano tais como; saúde educação; habitação, transporte, lazer, alimentação o que na opinião de Kliksberg (1998), é o Estado quem deve criar medidas ou estratégias para conceder e salvaguardar esses benefícios, de forma igualitária e assim tentar minimizar os vários conflitos sociais.

iii. Desenvolvimento Cultural

Similarmente ao conceito de Desenvolvimento Social Koudawo (2001) acredita que o desenvolvimento cultural também é muito abstracto devido a vários limites temporais e espaciais, e em cada uma dessas vertentes existem desproporções nas diversas modalidades encontradas nos diferentes continentes; regiões ou cidades dando a cada um a sua própria especificidade e identidade.

Pode-se entender o conceito de cultura como sendo um,

“Conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamento de um povo ou civilização. Portanto fazem parte da cultura de um povo as seguintes actividades e manifestações: música, teatro, rituais religiosos, língua falada e escrita, mitos, hábitos alimentares, dança, arquitectura, invenções, pensamentos; formas de organização social”,²²

Oliveira (2002) afirmou que o desenvolvimento cultural só se alcança quando os indivíduos de uma determinada sociedade, estiverem incutidos nestas actividades e manifestações, de modo a se beneficiarem delas de uma forma geral.

Entretanto Lopes (2013) acredita que pode ocorrer crescimento social e cultural, sem que haja desenvolvimento económico e vice-versa, porque o desenvolvimento sócio-cultural, muitas vezes se encontra confrontado com o capital humano, ou seja, as capacidades adquiridas pelos sujeitos através da educação e participação nas diferentes esferas da vida social e económica.

Mas Oliveira (2002) acredita que, embora haja uma interdependência entre o desenvolvimento social e cultural, ambos não são a mesma coisa, e que devem ser analisadas de forma única, ou seja, cada um por sua ocasião.

^{22 22} Ver a página: <http://www.dicionarioinformal.com.br/cultura/> 1-9-2014

iv. Dominação Simbólica

Esse termo tem sido trabalhado por vários autores, e destes Pierre Bourdieu, em sua obra “Dominação Masculina” mostra claramente que os homens desde sempre têm uma tendência natural para dominar as mulheres, e em muitos casos, recorrem a violência uma vez que, “ a dominação masculina vê assim reunidas todas as condições do seu pleno exercício” (BOURDIEU, 1999, p. 29), o que levou Caetano (1989), a definir esse fenómeno, como sendo a “capacidade de impor a outros o respeito da própria conduta, ou de traçar conduta alheia” (CAETANO, 1989, p. 5).

Nesse caso o autor dá mais importância ao poder legítimo que é reconhecido a um indivíduo numa colectividade, deixando claro que os homens é que são protagonistas.

E na opinião de Monteiro (2003), os homens sempre foram actores, devido a sua inabilidade em conviver com impotência, ou seja, não toleram ser governados pelas mulheres, nem mesmo estarem no mesmo patamar social, e neste caso, utilizam esse poder social para imporem como sexo forte, poderoso e muitas vezes acabam por violar o espaço das mulheres, o que leva Monteiro (2013) a alegar que isso acontece devido a cultura paternalista que remete as mulheres para o grau de subordinadas.

Bourdieu (1999) argumenta que essa dominação entre os símbolos, (masculino/feminino), são explicados através de argumentos biológicos, ou seja diferenças entre os corpos, e em particular a diferença anatómica dos órgãos sexuais, que na maior parte das vezes é tido como justificativa natural dessa desigualdade construída entre os géneros, que teve origem no passado bem distante e até agora continua revigorando.

Aqui se procura justificar essa dominação do homem sobre a mulher com argumentos, de que este prodígio é natural, o que levou Bourdieu (1999) a salientar que é por isso que as mulheres continuam se submetendo a tais caprichos, na medida em que, acreditam que isso é tido como um hábito social.

Héritier (1996) entende que actualmente, em muitas sociedades, se encontra esse fenómeno de supremacia em relação ao sexo, e alega que “a subordinação feminina é evidente nos domínios do político, do económico e do simbólico” (HÉRITIER, 1996, p 195).

No entanto, Martins (2004) diz que é devido a essa dominação nessas áreas que muitas mulheres não conseguem evoluir, pois a “participação política prende-se com o carácter simbólico da mesma” (MARTINS, 2004, p. 80), e nesse sentido, é necessário abordar melhor a questão dos símbolos, por parte de entidades competentes, como forma de reverter essa situação mostrando claramente que elas “estão condenadas a darem a cada instante as aparências de um fundamento natural da identidade minorizada que lhes é socialmente atribuída” (BOURDIEU, 1999, p. 26), como já foi referido por Monteiro (2013) muitas se contentam com esses atributos, dentre eles, donas de casas, mãe de família.

Mas Touraine (2008) realça que devido ao processo de evolução alcançada por várias sociedades, principalmente as democráticas, muitas mulheres renegam esses preceitos ou essa tal submissão referido por Bourdieu, o que muitas vezes resulta em violência e na maioria dos casos a parte mais frágil é que sai prejudicada, neste caso a mulher.

Aqui é que nasce a verdadeira essência de estudar os símbolos nas sociedades, e como explica Lopes (2013) por isso, “vários cientistas políticos e sociais defendem que a “ausência das mulheres nos órgãos do poder e da tomada de decisões continua a ser marcado pelo poder simbólico²³” (LOPE, 2013, p. 23).

No obstante, Touraine (2008) afirma que existem sociedades, mais concretamente á ocidental, está marcada por uma dominação masculina sem precedentes, onde é difícil manter a ordem, e há pouca representação feminina nos órgãos locais e centrais do governo (decisão e administração), onde uns são privilegiados em detrimento de outros. Em suma autores no rasto de Évora (2009, 2004) afirmam que devido a evolução do sistema educacional e as várias mudanças ocorridas actualmente, as mulheres têm usufruído de diferentes níveis de acesso ao ensino, possibilitando-as maior conhecimento e competência, preparando-as para o mundo moderno, mas Mill (2014) diz que esses esforços são ainda insuficientes se formos analisar a sua condição feminina em todos os domínios participativos já evidenciados.

²³ No âmbito sociológico, “os símbolos servem a sociedade segmentária: os ritos diferenciando os grupos, conferem-lhes uma entidade, permitindo esta segmentação distribuir desigualmente o poder e hierarquizar a sociedade”. Por outro lado “permitem organizar a sociedade, diferenciando-a, proporcionando ao poder a mediação com os indivíduos e os grupos que integram a sociedades política, articular interesses, ultrapassar conflitos de valores, as divergências no interior da ideologia, colmatando rupturas, assim contribuindo para impor a ordem” (CARVALHO e, 2001, p. 31).

Neste sentido, concordamos com autores na esteira de Martins (2010), que no caso de Cabo Verde, as autoridades competentes devem rever a questão da lei de quotas e de paridade de forma a anular essa tal dominação masculina de modo que as mulheres possam lutar “política e socialmente para eliminar as desigualdades, as injustiças, as discriminações” (TOURAINÉ, 2008, p. 112), e dispor de todos privilégios e benefícios que são concedido aos homens, só assim teremos uma sociedade justa igualitária, onde predomina uma democracia assente no respeito mútuo entre os dois sexos, tendo uma concorrência leal e saudável a todos níveis e para todos os cidadãos.

CAPITULO IV- MULHERES NO PARLAMENTO DE CABO VERDE 1975-2011

Neste quarto capítulo que é puramente explicativo²⁴, pretendemos analisar os factores que justificam o aumento da participação política feminina em Cabo Verde, sendo factores económicos, sociais e culturais que serão explicados através de tabelas, mas para além desses ainda abordaremos outros factores como nível de instrução, a integração nos grupos e ainda a consciência de classes, e estes têm um reflexo significativo no Parlamento Cabo-verdiano, justificando pela positiva esse aumento das mulheres nos acentos Parlamentares no período em estudo.

4.1. Factores Que Explicam O Aumento Das Mulheres No Parlamento Cabo-verdiano

Segundo Touraine (2008), este conjunto de factores económico, social e cultural permitem que as mulheres afastem cada vez mais do seu espaço familiar, dos afazeres domésticos, ficando cada vez menos na sujeição do homem, por isso, com certeza esses factores condicionam pela positiva o aumento da participação das mulheres na política e no caso concreto do Parlamento Cabo-verdiano de 1975 até 2011. Para especificar as variáveis que já foram traçadas, recorreremos novamente a tabela (1)²⁵ de modo a acompanhar a evolução feminina neste período em estudo.

Para (Gomes 2011, Monteiro 2009), a entrada das mulheres nos órgãos do poder só começou com o multipartidarismo, em 1991²⁶, mesmo que a tabela (1) apresente valores de mulheres eleitas em 1975, 1980, e 1985, ela acredita que, foi com o multipartidarismo que se justificou a entrada das mulheres na política parlamentar em Cabo Verde, logo após a abertura política.

²⁴ O conjunto de dados evidenciados nesse capítulo podem ser encontrados no INE "Mulheres e Homens em Cabo Verde: Factos e Números 2012";

²⁵ Acompanhe a análise da tabela (1) na página 11

²⁶ Depois de quase quinze anos de monopartidarismo, que já apresentava sinais de esgotamento, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) manifestou sinais de abertura durante o III Congresso, realizado na cidade da Praia, em Novembro de 1988, sob o lema "Num mundo de transformação, um partido para o futuro" (LIMA, 1992, cit in MONTEIRO, 2009, p.73). Em Janeiro de 1991 foram realizadas as primeiras eleições livres e pluralistas em Cabo Verde.

Com base na análise da tabela (1) pode-se notar que a participação política feminina nesses órgãos tende a aumentar significativamente desde 1975 tendo registado também valores muito baixo nos anos 1975, 1980 e 1991, e valores mais altos em 1985, 2001, 2006 e o maior de todos em 2011.

E relativamente ao ano de 2011 essa participação foi ainda maior, atingindo um valor de 15 deputadas nessas Legislativas.

Pode-se perguntar então quais são esses factores que estão por detrás desse aumento das mulheres no Parlamento Cabo-verdiano?

Como já foi delineado, exporemos os factores, económicos, sociais e ainda culturais que certamente estão na origem desse maior número de mulheres no Parlamento Cabo-verdiano²⁷, de modo que cingiremos a explicar cada um deles no sentido quantitativo, baseando na análise das tabelas que seguir-se-ão abaixo.

Perante o desenvolvimento económico, delineamos as seguintes variáveis: a independência financeira, rendimento financeiro pessoal, desempenho de cargos políticos e o empreendedorismo²⁸

Para Lopes (2013), as mulheres já não querem estar mais na dependência financeira do homem, pois querem ter maior liberdade nas suas escolhas, por isso tendem a lutar para alcançarem uma condição económica estável.

²⁷ Relativamente ao Empreendedorismo, Oliveira (2002) acredita que esse conceito é muito abstracto, e difícil de cingirmos a números exactos, por isso, baseamos nos dados do quadro (9) Situação Perante profissão por sexo, 2011 no Item Outra situação, para tentarmos explicar esse fenómeno.

Tabela 8. Produto Interno Bruto De 2001 A 2008.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PIB corrente	69.380,	72.758,	79.526,	82.086,	86.185,	97.384,	107.252,	118.949,
Milhares de	3	1	7	4	4	3	0	4
contos								
Taxa de	6,1%	5,3%	4,7%	4,3%	6,5	10,1	8,6	75,2
crescimento do								
PIB real								
PIB em US\$	561.67	620.48	813.18	925.02	972.19	1.107.5	1.330.34	1.578.91
	5.616	5.426	3.920	2.328	8.244	20.470	0.122	7.790
População	444.92	452.83	460.60	468.16	475.46	483.09	491.419	499.796
	1	5	1	4	5	0		
PIB per capita	155,9	160,7	172,7	175,3	181,3	201,6	218,2	238,0
(em milhares de								
escudos)								
Rendimentos	-746,8	-1725,7	-1419,3	-1657,7	-2995,4	-3515,4	-2440,7	-3545,0
líquidos do								
exterior								
PNB por	1248,8	1337,7	1734,0	1935,9	1973,7	2209,8	2645,5	3065,0
habitante em								
US\$								

Fonte: INE 2001-2007 contas definitiva Fonte: INE 2008 estimativas INE

Através da tabela (8) podemos ver como é que o rendimento financeiro pessoal (rendimento per capita) tem evoluído dos anos 2001 à 2008, o PIB Também aumentou significativamente durante este período conforme dados evidenciados nesta tabela, e fazendo um paralelo com a tabela (9) verificasse que as mulheres estão com uma presença que é de se considerar louvável e na opinião de Gomes (2011) isto tem tido um impacto no que tange a qualidade da nossa democracia.

E recorrendo novamente a essas tabelas (8 & 9), podemos ver que tanto o PIB, bem como o número de mulheres no Parlamento, têm aumentado de forma expressiva na mesma direcção, o que na opinião do cientista político Évora (2004) é muito bom para nosso país, partindo do ponto que no ano 1986 não existia nenhuma percentagem de mulheres deputadas (0%), e em 2011 houve um aumento de 20,8%, e se isso continuar a esse ritmo, é bem provável que nos próximos anos vindouros tenhamos mais mulheres no Parlamento.

De acordo com os dados que evidenciam a evolução do PIB e com a evolução das mulheres no Parlamento, vê-se claramente que há uma ligação entre estes dados, pois Oliveira (2002) afirma que com o crescimento e o desenvolvimento económico, é óbvio que as mulheres se interessam mais por assuntos políticos e a propensão a entrar para os órgãos de decisão e isso explica a relação entre as tabelas (8 & 9).

Tabela 9. Situação Perante A Profissão Por sexo, 2011.

Situação	Total	Mulheres		Homens		ICF
		Total	%	Total	%	
Total	179.646	77.846	43,3	101.800	56,7	0,76
Trabalhador da administração pública	25.597	12.705	49,6	12.892	50,4	0,98
Trabalhador sector empresarial do Estado	13.732	6.018	43,8	7.714	56,2	0,78
Trabalhador sector empresarial privado	52.261	16.795	32,1	35.466	67,9	0,47
Militar / Forças Armadas	755	15	2	740	98	0,02
Trabalhador conta própria sem pessoal	35.482	16.679	47	18.803	53	0,89
Trabalhador conta própria com pessoal	14.211	4.058	28,6	10.153	71,4	0,4
Trabalhador familiar não remunerado	7.864	4.886	62,1	2.978	37,9	1,64
Trabalhador em casa de família	10.950	8.116	74,1	2.834	25,9	2,86
Trabalhador produção próprio consumo	8.070	4.089	50,7	3.981	49,1	1,03
Trabalhador cooperativa /Ass. Comunitária	1.853	758	40,9	1.095	59,2	0,69
Trabalhadores Organizações internacionais	284	130	45,8	154	54,2	0,85
Trabalhadores em ONGs	319	195	61,1	124	38,9	1,57
Aprendiz ou estagiário	535	190	35,5	345	64,5	0,55
Outra situação	7.324	3.038	41,5	4.286	58,5	0,71
Não sabe / Não respondeu	409	174	42,5	235	57,5	0,74

Fonte: INE, IMC 2011

Esta tabela (9) por si só explica as variáveis já mencionadas anteriormente, onde podemos ver que as mulheres em termos de ocupação de cargos na administração

pública têm uma percentagem bastante razoável no total de 49,6% contra 50,4% em relação aos homens. Verifica-se também boa percentagem no sector empresarial do Estado com uma percentagem de 43,8% contra 56,2%, o que se nota ainda uma desvantagem percentual bastante significativa das mulheres nesse ramo. Verificamos que em termos de produção para o próprio consumo as mulheres estão em frente com uma ligeira vantagem de 50,7% contra 49,1 para os homens, mas em termos de ocupação das forças armadas ainda têm uma penetração bastante insignificante de 2% para 97% a favor dos homens. Por fim constatamos que no âmbito de trabalhador por conta própria com pessoal elas têm uma percentagem de 28,6%, mas de acordo com Évora (2004) a tendência é crescer cada vez mais devido aos novos desafio que a sociedade nos impõe.

Aqui importa realçar a questão do empreendedorismo feminino, que segundo Hisrich e Peters citados por (Bessa, 2002),

“ é visto como um processo de criar algo novo com valor que envolve grande dedicação, tempo e esforço. Em que a pessoa tem que “assumir riscos financeiros, psíquicos, sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação e independência social. (BESSA, 2002, p. 11)”.

Na tabela (9) temos um item (outra situação), com uma percentagem de 41,5% e dessa podemos englobar perfeitamente o possesso descrito por (Hisrich e Peters), na medida em que muitas mulheres Cabo-verdianas para suas sobrevivências procuram criar, inventar algo novo, como por exemplo na gastronomia, nas artes, vestuários, nas vendas entre outros, e nesse perspectiva autor chama atenção e encoraja as outras mulheres a serem mais apteis na vida social, económica e política. Com a análise dessa tabela (10), podemos verificar que as mulheres têm tido alguma intervenção que é de se considerar elogiável, e futuramente se espera que esses valores cresçam cada vez mais.

Tabela 10. Situação Perante Actividade Económica Por Sexo.

Situação perante actividade económica	Total	Mulheres		Homens	
		Total	%	Total	%
Total	20.238	12.267	60,6	7.971	39,4
População activa ocupada	6.549	3.732	57%	2.817	43
População desempregada	709	430	60,6	279	39,4
População inactiva	12.980	8.105	62,4	4.875	37,6

Fonte INE, 2010.

A tabela (10) permite-nos chegar a uma conclusão bastante interessante, pois verificasse que o número total de mulheres em actividade é quase duas vezes mais do que ao dos

homens, este facto também pode explicar o possível aumento das mulheres nas diversas áreas sociais incluindo no Parlamento.

Mas na presença desses dados seria de esperar uma maior participação feminina, mais especificamente nos órgãos do poder político, e em concreto no Parlamento Cabo-verdiano.

Há que realçar que, apenas esses dados do desenvolvimento económico não são suficientes para explicar esse aumento das mulheres nas diversas áreas, nesse caso, é necessário analisar outras variáveis, social e cultural.

E para o factor social e cultural, escolhemos variáveis tais como: Processo de aculturação, aumento de divórcios, progressivo aumento das mulheres no ensino, diminuição do número de filhos, facilidade de acesso ao ensino e a discussão da igualdade de género pelas instituições que apoiam as mulheres em Cabo Verde, em especial a (OMCV e o ICIEG).

Tabela 11. Taxa De Alfabetização, 2000-2010.

Ano	Taxa de Alfabetização da população de 15 anos e mais		
	Mulheres	Homens	ICF
2000	67	83	0,81
2006	73	87	0,84
2007	73	87	0,84
2010	77	88	0,88

Fonte: INE

Na tabela (11) observamos que uma maior facilidade de acesso ao ensino, tem aumentado cada vez mais o número de mulheres escolarizadas desde os anos 2000 e esses valores têm aumentado consideravelmente até o ano 2010 e supostamente esses valores continuaram a crescer ao longo dos anos.

Tabela 12. Docentes No Ensino Superior, 2009

Habilitações Literárias	Mulheres	Homens	ICF
Total	390	536	0,58
Licenciado	244	265	0,92
Pós-graduado	16	20	0,80
Mestrado	118	205	0,58
Doutoramento	12	45	0,27

Fonte: INE, Anuário de Estatística de Educação 2009, 2010.

Na tabela (12) verifica-se hoje em dia, que a presença das mulheres no corpo docente a nível superior, é bom comparado aos homens, e a tendência é que esses valores tendem a aumentar, uma vez que a presença das mulheres no ensino superior é de longe superior aos homens.

Tabela 13. População De 12 Anos Ou Mais Por Estado Civil (1990-2010).

Anos	Solteira (o)		Casada (o)		União		Separada (o)		Viúvo(a)	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
1990	49,0	52,0	28,0	29,0	16,0	18,0	1,0	1,0	6,0	1,0
2000	51,0	58,0	17,0	17,0	23,0	22,0	4,0	4,0	6,0	1,0
2010	46,7	55,6	13,6	13,5	28,7	25,8	6,7	6,7	4,0	0,7

Fonte: INE, 1990-2010

Para explicar esse aumento de divórcios em Cabo Verde recorremos a tabela (13) na categoria separado(a), onde os dados explícitos nos mostram claramente que a tendência é haver cada vez mais mulheres divorciadas em Cabo Verde, e isso nos leva a crer que do nível psicológico, elas prendem-se menos os interesses sentimentais e passem a se ocupar mais inteiramente de aspectos de cariz académicas, sociais e provavelmente com maior número de mulheres e homens solteiros é bem provável que nasçam menos crianças, situação que se pode notar na tabela (14) abaixo, desde os anos 1990 até 2010, e posicionalmente a propensão é para queda cada vez mais desses valores.

Tabela 14. Índice Sintético De Fecundidade, 1990 A 2010.

Anos	Número de filhos/ mulheres (ISF)
1990	5,5
2000	4,0
2005	2,9
2010	2,6

Fonte: INE, IDSR-II 2005, RGPH

Relativamente a OMCV, pode-se notar que desde a data da sua criação até os dias de hoje tem feito um trabalho meritório, e que tem recebido bastantes elogios tanto a nível nacional como internacional, devido a sua boa actuação, mas concretamente a nível do género, impulsionando cada vez mais as mulheres a assumirem os seus lugares na sociedade civil Cabo-verdiana.

Todo esse trabalho realizado em quase todas as ilhas onde atua, tem levado as mulheres a participarem cada vez mais na política, condicionando de certa forma o engajamento feminino para ocupação de acentos no Parlamento Cabo-verdiano.

Hoje em dia se fala também na questão da aculturação, e (Gramsci, cit in Bessa, 1997) sugere que, é possível mudar as culturas subjectivas dos cidadãos através de uma vasta operação de propaganda ao nível da propaganda objectiva, utilizando para isso os canais especiais de pressão e de convencimento: os meios de comunicação massas, os meios artísticos e de influência e as instituições chaves que ele incluiu como superestruturas a infiltrarem: universidades, exercito e a igreja. (BESSA,1997, p. 46).

E em Cabo Verde esse processo não foge a realidade, visto que se verificam constantes transformações e mudanças nos hábitos dos cabo-verdianos nas diversas áreas tais como; na música, na política, gastronomia, no vestuário entre outros, mas a inclinação do Cabo-verdianos é imitar o continente europeu.

No que concerne a política, as mulheres na europa estão cada vez mais incentivadas e determinadas a entrar nos partidos políticos, nos cargos públicos e políticos, e esse privilegio que algumas mulheres europeias têm de estarem na política, concretamente na tomada de decisão, pode muito bem ter persuadido as mulheres cabo-verdianas a estarem mais alertas e participativas na política do país e de ambicionarem alcançar acento Parlamentar Cabo-verdiano.

Para além desses factores é aceite por alguns autores (Bourdieu 1979, Lipset 1995, Martins 2010, pasquino, 2005) que o nível de instrução, a integração nos grupos, e a consciência de classes, são factores que também possibilitam esse aumento.

Bourdieu (1979) considera que maior nível de recursos, sobretudo educacionais permitem aos indivíduos lidar com maior facilidade com o universo político, logo o nível educacional elevado, permite um maior domínio desse universo, das estratégias dos seus actores e dos vários aspectos associados, que devido a maior familiaridade com as conceitualizações abstractas e com maior tempo disponível, quer devido a disponibilidade mental, quer resultante da satisfação das necessidades materiais básicas. Ele considera-se que um individuo com um nível de escolaridade elevado participa mais, porque considera a sua actuação política importante.

Por outro lado, (Lipset, 1995) defende que maior instrução, favorece maior integração social, quer em termos de prestígios quer em termos de propensão ao associativismo,

para a defesa dos respectivos interesses e também esses factores, arrastam os cidadãos para uma maior participação eleitoral.

O acesso a informação assume um papel de relevo, pois destaca-se como matéria-prima necessária para a tomada de decisão eleitoral, explica o carácter determinante do nível de recurso nas variações das taxas de participação.

Quanto mais e melhor informadas as mulheres estiverem, maior será o nível de instrução.

i. Nível De Instrução

Lipset Facilita a compreensão das questões políticas e auxilia a integração social, no que diz ao prestígio social como na propensão para a criação de associações para defesa dos seus interesses (Lipset, cit in Freire, 2000, p. 118). As pessoas com maior grau de instrução tendem a interessar-se mais pela política e de ter maior preocupação de participar activamente nos assuntos públicos. Freire (2001), Santo (2006) afirmam que os indivíduos pós-materialistas cujo nível de instrução é elevado, lhes permite participar mais activamente na política, e as mulheres nesse processo tem muito a ganhar porque têm mais possibilidades de entrarem para os órgãos do poder político e segundo (Costa, 2010) muitas delas almejam entrar para o Parlamento.

ii. Integração Nos Grupos

Segundo pasquino (2005), grande parte dos estudiosos consideram que as organizações funcionam como principais instrumentos de participação política,

“sendo que é através delas que as pessoas de condições económicas desfavoráveis podem aspirar a redução do desnível do acesso ao poder político e a distribuição dos recursos indispensáveis a participação” (PASQUINO, 2005, p. 63),

Portanto as organizações amenizam a desigualdade de participação provocada pelo estatuto social (riqueza e prestígio). Os grupos são capazes de mobilizar os seus membros tornando-os politicamente activos reduzindo a desigualdade de participação.

Ela é muito importante para o incentivo da prática política e minimiza a desigualdade de participação política entre os indivíduos que possuem mais recursos de participação política e os indivíduos de menos recursos, e em Cabo Verde temos Organizações que

lutam para o bem-estar social e político das mulheres dando-lhes instruções necessárias para intervirem mais activamente na política e Évora (2004) diz que algumas delas conseguiram entrar nos partidos políticos e ainda nos órgãos do poder político, inclusive no Parlamento.

iii. Consciência De Classes

Bourdieu (1999) alega que o sentimento de partilha da mesma posição social e o estreitamento da relação dessa classe, reforça a identidade e a pertença dos indivíduos a que a compõem. É esse processo de relação e identidade que revela a consciência de classe e que leva os indivíduos a participarem de forma activa no mesmo sentido. Cabo Verde, estado de direito democrático desde 1991, baseado na soberania popular, faculta aos cidadãos o direito de serem, em ultima análise, eles próprios os intervenientes e agentes do poder político, através de uma participação eleitoral directa e activa em que, para tal, o individuo terá apenas de dispor de capacidade eleitoral activa e inscrever-se previamente no recenseamento eleitoral.

É unanimemente aceite por autores na esteira de (Martins 2010) argüem que mulheres com maior nível de instrução, mulheres integradas nos grupos e com capacidade eleitoral possuem um campo aberto para engrenarem na política e entrar nos órgãos do poder político e Lopes (2013) tem a certeza que o Parlamento é um deles.

CONCLUSÃO

Chegamos à conclusão de que a participação política feminina tem sido um tema em evidência nos últimos anos, tanto a nível nacional, como também pela comunidade internacional, onde muitos autores tentam abordar esse fenómeno na sua orla sociológica, abrangendo as suas vertentes económica, política e cultural. O caso em estudo já previa o que nós já tínhamos delineado que era, uma evolução das mulheres na política, influenciando a participação feminina em Cabo Verde, mais concretamente no Parlamento Cabo-Verdiano, e de acordo com os nossos estudos concluímos que essa participação iniciou após o término do governo do partido único (PAIGC) e actualmente as mulheres estão em evidência nas várias áreas sociais existente em Cabo Verde.

Mas apesar desse destaque, as mulheres ainda continuam mal representadas, em todos os domínios, mais concretamente o político.

Para tentar reverter essa situação em Cabo Verde, existem instituições tais como o ICIEG e a OMCV, que têm actuado a favor da condição feminina, realizando trabalhos meritórios em quase todas as esferas social político e cultural, actualmente reconhecidos por vários estudiosos Cabo-verdianos e não só.

No âmbito internacional destaca-se a ONU, instituição que tem trabalhado em prol dos direitos das mulheres, abrangendo várias áreas, dando atenção especial para as mais desfavorecidas e dentre estes evidenciando os direitos políticos das mulheres.

No entanto todo esse esforço, realizado por estas organizações, ainda a nível da representação política, está muito aquém das expectativas exigidas num país democrático, e ao longo do tema concluímos que isso acontece devido a barreiras institucionais e estruturais presentes no país e que ainda preside em Cabo Verde preâmbulos de uma sociedade paternalista e egocêntrica que não deixam as mulheres libertarem e nem desenvolverem.

Conseguimos ver que apesar desses constrangimentos no seio da problemática da condição feminina Cabo-verdiana, houve ganhos em termos da participação política feminina nos vários órgãos do poder político, melhorias na condição económica, social e cultural.

Relativamente à participação política, nos órgãos do poder político, mais concretamente no Parlamento Cabo-verdiano no período em estudo (1975-2011) as mulheres passaram

a ter maiores acentos e isso se vê com mais destaque, nomeadamente nas eleições de 2006 e 2011, onde houve um crescimento de 5%, ou seja, passou de 15,3% para 20,8% em 2011.

Ao longo desse trabalho delineamos três hipóteses para tentarmos explicar o aumento gradual da participação feminina no Parlamento Cabo-verdiano e constatamos que: O aumento gradual da participação política feminina no Parlamento de Cabo Verde nos anos 1975 á 2011 se deu em grande parte devido ao crescimento económico, social e cultural. Confirmamos essa hipótese, pois nota-se que as mulheres evoluíram em todos esses domínios, onde há maior taxa de mulheres solteiras, mais mulheres divorciadas, mais mulheres nos estabelecimentos de ensino, diminuição do número de filhos, mais mulheres independentes financeiramente, melhores rendimentos financeiros, mais mulheres empreendedoras e ainda muita discussão em torno da problemática de género em Cabo Verde, levado a cabo pelas instituições dessa envergadura. Tudo isso nos leva a afirmar que esse desenvolvimento económico, social e cultural tem tido grande repercussão no aumento das mulheres no Parlamento Cabo-verdiano, na medida em que com mais liberdade económica social e cultural e mais desprendidas de laços afectivos tem interesses em entrar na política e com mais destaque para o Parlamento.

Mas o aumento gradual da participação das mulheres no parlamento de Cabo Verde não é explicado apenas por esse desenvolvimento económico, social e cultural, porque ainda existem outros factores que foram confirmados na terceira hipótese que são: Maior nível de instrução, integração nos grupos políticos ou não, maior consciência de classes e por fim o factor interesse. Estes são de extrema importância pois possibilitam maior engajamento das mulheres na política, tendo como foco a entrada das mulheres no Parlamento.

No que se refere a inclusão das mulheres nos grupos políticos, nota-se que isto só aconteceu com a abertura política em 1990, na medida em que na época monopartidária, mais concretamente nos anos 1986 não há registos de nenhuma presença feminina ocupando lugares de decisão no Parlamento de Cabo Verde.

Reconhecemos que o aumento das mulheres na política em Cabo Verde nos períodos em estudo aumentou significativamente, mas há que trabalhar mais a questão da lei de quotas e de paridade de modo a alcançar maior participação política feminina.

Para minimizar essa situação é necessário que as jurisdições competentes trabalhem melhor os acentos para lugares nas listas eleitorais, ou seja, melhorar o sistema eleitoral dando mais atenção à condição feminina, concedendo mais abertura nos partidos políticos, de modo a corrigir essa sub-representação a que se vivem as mulheres em Cabo Verde.

E só isto não basta, pois, o governo tem que criar condições no sentido de reduzir a pobreza que afecta maior parte as mulheres, ou seja, trabalhar as dozes áreas propostas pela ONU, de modo a granjear maior igualdade entre homens e mulheres.

De facto se todos esses requisitos ou advertências expostos por todos os autores mencionados ao longo do estudo, forem alcançadas em prol da condição feminina, de certeza que nos anos vindouros Cabo Verde terá maior representação política feminina nas próximas eleições nos órgãos do poder político, mais concretamente no Parlamento. Temos a certeza que se no futuro próximo registar esse aumento das mulheres na política, e mais concretamente nos órgãos de decisão, é sinal que Cabo Verde estará num bom caminho rumo a uma democracia saudável, mais igualitária e mais madura, porém propomos mais um requisito que vai reforçar e dinamizar maior aumento participativo das mulheres na política, que é o factor interesse, que é a condição *sino quo no*, para se chegar a um maior patamar democrático em Cabo Verde.

BIBLIOGRAFIA

- ADÃO, D. (2007). “Novos Espaços no Feminino: Uma Leitura de Ventos do Apocalipse, de Paulina Chiziane”. In: MATA, I. e PADILHA, L. (Org.), *A Mulher em África. Vozes de uma Margem Sempre Presente*. Lisboa, Edições Colibri/Centro de Estudos Africanos-FLUL, 2006, PP. 199-207.
- ALMEIDA, P. (1994). Ensaio de Geopolítica. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Instituto Superior de Investigação Científica Tropical, Lisboa.
- AMARO e Moura (2008). Igualdade de Género no Trabalho. Situações, Problema e Perspectivas de Futuro; 1ª Edição, Lisboa
- BALÃO, S. (2001). A Formula do Poder: Elite, Partidos, Democracia e Corrupção Política de Moisei Ostrogorski. Instituto Superior de Ciências Políticas e Sociais. Lisboa.
- BARATA, S. (1998). Política Social. Instituto Superior de Ciências Sociais, Lisboa.
- BARRACHO, C. (2010). Temas e Ideias em Ciência Política. A Questão do Poder. Clássica Editora.
- BESSA, A. (2002). Elites e Movimentos Sociais. Universidade Aberta. Lisboa.
- BESSA, A. (1997). Elites e Poder. Estudos. Editor, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa. ISBN 972-9229-43-0.
- BOBBIO, N. PASQUINO G. (1989). *Dicionário de Política*. Editora UnB, 11ª edição.
- BO, I série, 22, 30 de Maio 2005.
- BOURDIEU, P. (1999). A Dominação Masculina. Celta editora Oeiras.
- BOURDIEU, P. (1979). O Poder do Simbólico, Lisboa, Difel.
- BURRELL, B. (2004). Women and political Participation: A Reference Handbook, California: ABC Clio.
- Cabo Verde Relatório (2004): Objectivo do Milénio para o Desenvolvimento; Praia
- CAETANO, M. (1989). Manual de Ciência Política e Direito Constitucional 6ª edição, Coimbra.
- CANO, W. (1996). Notas sobre o imperialismo hoje. Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, p.132-135.
- Constituição da República de Cabo Verde (2012). 2ª Revisão Ordinária-2010 Presidência da República, Praia.

COSTA, S. (2011). “Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático” In FONSECA, C. e FORTES, C. (Org.), *As Mulheres em Cabo Verde: Experiências e Perspectivas*, Praia: Edições da UNICV.

FONSECA, J. (1998). “Partidos Políticos e a Sociedade Civil.” *Revista Direito e Cidadania*, 3.

COSTA, S. (2010). “Do Falocentrismo estéril: Mulheres e Participação Política em Cabo Verde”. In: *Jornal a Semana*. [em linha] Disponível em <<http://www.asemana.publ.cv/spid.php?article55494>> [consultado em 19/ 10/2014].

COSTA, S. (2004) movimentos feministas. O feminismo. Universidade de Brasília.

COMBESQUE, M. (1998). Introdução aos Direitos do Homem. Primeira edição Portuguesa terramar. Novembro, ISBN: 972-710-215-8.

CRUZ, M. (1995). Multipartidarismo em África. O exemplo Senegalês. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa.

Declaração (1789). *Dos Direitos do Homem e do Cidadão*. 26 de Agosto.

DUARTE, V. (2007). Cabral, Género e Desenvolvimento. In: MATA, I. e PADILHA, L. (Org.), *A Mulher em África. Vozes de uma Margem Sempre Presente*. Lisboa, Edições Colibri/Centro de Estudos Africanos-FLUL, 2006, PP.169-175.

EVORA, R. (2009). Poder Legislativo no Regime Democrático em Cabo Verde. Universidade de Brasília. Instituto de ciências sociais. Departamento de Sociologia.

ÉVORA, R. (2004). A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde. Tese de mestrado. Universidade de Brasília. Spleen Edições. Cidade da Praia.

FERREIRA, F. (2007). “A Contribuição Da Mulher na Formação do Saber e do Conhecimento”. In: MATA, I. e PADILHA, L. (Org.), *A Mulher em África. Vozes de uma Margem Sempre Presente*. Lisboa, Edições Colibri/Centro de Estudos Africanos-FLUL, 2006, pp, 51-67.

FIDALGO, L. (2003). (Re) Construir a Maternidade. Numa Perspectiva Discursiva Instituto PEAGET. Lisboa. ISBN: 972-771-660-1.

FREIRE, A. (2000). Clivagens, Conjuntura Económica e Comportamento Eleitoral em Portugal: Uma análise das Legislativas de 1995 com dados agregados. [em linha] Disponível em < http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S087-65292000000100003&lng=pt&=nrm=isso&tlng=pt > [consultado 5/11/2014].

FREIRE, A. (2001). Modelos de Comportamento Eleitoral. Celta Editora. Rua Vera Cruz, Oeiras, Portugal.

GOMES, C. (2011). Mulher e Poder: O Caso de Cabo Verde Praia. IBNL.

- GOMES, S. (2007). “O texto literário de autoria feminina escreve e inscreve a mulher e(m) Cabo Verde”. In: MATA, I. e PADILHA, L. (Org.), *A Mulher em África. Vozes de uma Margem Sempre Presente*. Lisboa, Edições Colibri/Centro de Estudos Africanos-FLUL, 2006, pp, 535-538
- HÉRITIER F. (1996). MASCULINO/ FEMININO: O PENSAMENTO DA DIFERENÇA. EDITIONS ODILE Jacob, 1996. ISBN:972-771-054-9.
- HUNTINGTON, S. (1991). *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, Norway and London: University of Oklahoma Press.
- KIZERBO, J. (2006). *Para quando África? Entrevista de René Holenstein*. Editora: Campo das letras. Porto, ISBN- 986- 625-050-2.
- KLIKSBERG, B. (1998) *Repensando o Estado para o Desenvolvimento Social: superando dogmas e convencionanismos*. ISBN 85-249-06-77-4
- KOUDAWO, F. (2001). Cabo Verde e Guiné Bissau. Da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal. INEP, Kacu, Martel, série Ciências sociais nº 14º.
- KUNZLER, L. (2008). *Representação Política; História Cultural; Direitos da Mulher*: UNIOESTE.
- LIPSET, S. (1995). *Some Social Requisites of Democracy: Economic*.
- LOPES, A. (2013). *A Problemática da Participação das Mulheres na Política: O Caso do Parlamento Cabo-verdiano*
- MACEDO, E. (2007). “Por Outras Formas de Ser e de Estar. Mulheres, Participação e Tomada de Decisão”. In: MATA, I. e PADILHA, L. (Org.), *A Mulher em África. Vozes de uma Margem Sempre Presente*. Lisboa, Edições Colibri/Centro de Estudos Africanos-FLUL, 2006, PP
- MAGALHÃES, P. (2001). *Desigualdade, desinteresse e desconfiança: a abstenção nas eleições legislativas de 1999. Análise social VOL I*.
- MARINA, J. (2009). *A Paixão Do Poder*. Tradução de João Bernardo Paiva Boléo. Editorial Anagrama. Esfera do livro, 1ª Edição: Outubro de 2009.
- MARTINS, M. (2010). *Cidadania e Participação Política. Temas e Perspectivas De Análise*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MARTINS, M. (2004). *Participação Política e Democracia. O Caso Português, 1976-2000*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa.

- MATOS, S. (2008). *Movimento e Teoria Feminina: É Possível Reconstruir a Teoria Feminina a partir do Sulglobal?* [em linha] Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200006>.
- MIES e SHIVA (1993). *Ecofeminismo*. Lisboa, ISBN: 972-8407-28-9.
- MILL, J. (2014). *Sobre a Liberdade*. ISBN- 978-972-44-1281-8. Edições 70.
- MONTEIRO, E. (2013). Quem Governa? Da Ausência à Emergência de Mulheres no Campo Político em Cabo Verde. In: SARMENTO, C. e COSTA, S. *Entre África e Europa, Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra, Almedina, pp 413-443.
- MONTEIRO, E. (2008). Mulheres, democracia e Representação Política. In: CUNHA, T, e SANTOS, C. (org.). *Das raízes da Participação Política*, Rainha e Neves, Lda-Santa Maria da Feira, Lisboa.
- MONTEIRO, E. (2009). *Mulheres, Democracia E Desafios Pós-Coloniais: Uma Análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde*. Praia.
- MONTEIRO, J. (2003). *“Poder e obediência, uma teoria do consentimento”*. Lisboa, Universidade técnica de Lisboa.
- MOREIRA, A. (2009). *Ciência Política*. 4ª edição, Coimbra, Almedina.
- NATHANIEL, O. (1979). *Os Grandes Acontecimentos do Século XX*. Selecção de Reader's Digest, S.A.R.L. Rua de Joaquim António de Aguiar, 43- Lisboa.
- NORRIS, P. (2004). *Electoral Engineering. Voting Rules and Political Behavior*, Cambridge: Cambridge University.
- OLIVEIRA, G. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento pela universidade do Paraná. UFPR. Professor FAE- Business School. [em linha] Disponível em<http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/v5_n2_maios_agosto_2002/uma%20discussao%20sobre%20o%20conceito%20de%20desenvolvimento.pdf> [consultado em 31/8/2014].
- PASQUINO, G. (2010). *Curso de Ciência Política*, 2º Edição; Principia editora, Portugal.
- PASQUINO, G. (2005). *Sistemas Políticos Comparados*, Cascais, Principia editora, Portugal
- PERUZZO, C. (2005). Internet e Democracia: entraves e o Direito a comunicação in Marques de Melo. Sathler, L. *Direitos a comunicação na sociedades de informação*. São Bernardo do CAMPO, SP: Umesp.

PINTO, O. (2007). “O Colonialismo e a “ Coisificação” da Mulher no Cancioneiro de Luanda, na Tradição Oral Angolana e na Literatura Colonial Portuguesa”. In: MATA, I. e PADILHA, L. (Org.), *A Mulher em África. Vozes de uma Margem Sempre Presente*. Lisboa, Edições Colibri/Centro de Estudos Africanos-FLUL,2006, PP.35-49

PETIT, Cristina Molina (1996). *La Igualdad no Resulta: Mujer y Participación Política*. Un Estúdio en Gran Canaria.

PNUD (2003). Relatório do desenvolvimento humano: objectivos do desenvolvimento do milénio. Um pacto entre as Nações para eliminarem a pobreza humana. Lisboa: MENSAGEM.

PROENÇA, C. (2009). *A Exclusão Social em Cabo Verde: Uma Abordagem preliminar*. Colecção Documentos de Trabalho nº76, Lisboa. [em linha]. Disponível em < https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/845/1/CESA-DT_76-2009.pdf >. [consultado em 17/9/2014].

SANTO, P. (2006). Sociologia Política e Eleitoral. Modelos de Explicações de voto. Lisboa, ISCSP.

SILVEIRA, O. (2005). *A Democracia em Cabo Verde*, Lisboa: Edições Colibri.

TAVARES, P. (1992). História de Portugal medievo. Economia e sociedade. Universidade aberta. Lisboa

TOURAINÉ, A. (2008). *O Mundo das Mulheres*. Instituto Piaget, Lisboa.

VIEGAS, J. e FARIA, S. (1999). Participação Política Feminina e Democracia: Percursos, Constrangimentos e Incentivos, *Sociologia: Problemas e Práticas*, 30, 55-87.

VIEIRA, F. (2007). *Combate por Cabo Verde*. Praia, Alfa Comunicações.